

A blue-tinted photograph of a business meeting. Several people in professional attire are seated around a table, looking at documents and laptops. The scene is slightly out of focus, emphasizing the text overlay.

RELATÓRIO E CONTAS 2015



ÍNDICE

Índice ²	
I. Relatório do Conselho de Administração	3
I.1 Atividade desenvolvida	3
I.1.1 Gestão do FINOVA	6
I.1.2 Gestão do FACCE	24
I.1.3 Gestão de fundos de refinanciamento e partilha de risco	24
I.1.4 Marketing	25
I.1.5 Área Jurídica e de <i>Compliance</i>	25
I.1.6 Recursos Humanos	27
I.2. Plano de atividades para 2016	27
I.3. Cumprimento das Orientações Legais	31
I.4. Situação económica e financeira	45
I.5. Agradecimentos	49
I.6. Proposta de Aplicação de Resultados	49
II Demonstrações Financeiras	51
II.2. Balanço em 31 de dezembro de 2015	52
II.3. Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2015	53
II.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014	54
II.5 Demonstração das Alterações do Capital Próprio nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014	55
II.6 Demonstração de Rendimento Integral nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014	56
II.7 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015	57



I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I.1 Atividade desenvolvida

Em 2015, a PME Investimentos prosseguiu a sua missão de promover a operacionalização de políticas públicas que visam a melhoria dos modelos de financiamento das empresas, através dos fundos sob gestão e instrumentos que os mesmos disponibilizam. No final do ano a Sociedade assegurava a gestão de 3 fundos públicos, com um valor total de capitais sob gestão de 1.242 milhões de euros, dos quais 1.128 milhões de euros se encontravam já efetivamente realizados.

Na vertente dos instrumentos de dívida, destaca-se o lançamento da edição de 2015 da Linha PME Crescimento que, tendo registado uma procura muito acentuada, teve o seu *plafond* aumentado de 1.400 para 1.650 milhões de euros no mês de novembro.

Com condições que permitem o acesso ao crédito com uma maior intensidade de apoios públicos, a procura deste instrumento intensificou-se, atingindo no 3º trimestre do ano o valor de 585 milhões de euros, nível este que não se registava desde o último trimestre de 2010.

No final do ano e decorridos 9 meses desde o seu lançamento, a procura da Linha PME Crescimento 2015, com 1.566 milhões de euros de financiamentos aprovados, mantinha-se intensa e registava um acréscimo de 71% face à Linha PME Crescimento 2014.

De salientar também que foram lançadas outras três novas de Linhas de Crédito que, afastando-se do figurino usual das Linhas PME Crescimento e visando segmentos de mercado específicos, assumem um carácter inovador:

- Linha para Apoio à Revitalização Empresarial, no valor de 50 milhões de euros, tem como objetivo promover o acesso ao crédito de empresas que, tendo concluído processos de reestruturação financeira (PER, SIREVE), apresentam viabilidade económica, mas sentem dificuldades na obtenção de financiamentos para relançamento e crescimento da sua atividade.
- Linha Internacionalização Angola, no valor de 500 milhões de euros, visa promover a antecipação de receitas resultantes de exportações efetuadas para o mercado angolano.
- Linha *Mezzanine Financing* IFD 2015 com um valor de 100 milhões de euros, pretende promover a capitalização de empresas que prossigam estratégias de crescimento, através da dinamização de produtos de mezzanine financing, conferindo às empresas beneficiárias uma maior estabilidade dos fundos que lhes são disponibilizados.



A Sociedade participou na estruturação destes novos produtos e promoveu o seu lançamento no mercado, dando cumprimento aos calendários de operacionalização que foram definidos.

Paralelamente, a vertente de acompanhamento dos projetos e operações assume enorme complexidade, face ao seu volume, diversidade e estágio de maturidade das carteiras geridas, assumindo-se, nesta fase, como atividade primordial da Sociedade.

Neste âmbito, destaca-se a realização de um programa de verificações incidindo sobre as condições de elegibilidade de quase 600 operações de financiamento contratadas ao abrigo da Linha de Crédito PME Crescimento 2013 e Linhas de Crédito para o Setor do Turismo.

Na área de capital de risco, a Sociedade concentrou os seus esforços no sentido de dar resposta ao grande volume de projetos de investimento apresentados pelos Fundos de Capital de Risco, pelos FCR Revitalizar e pelas Entidades Veículo apoiadas ao abrigo da Linha de Financiamento a Business Angels, decorrente do facto do período de investimento destes Instrumentos terminar a 2 de dezembro de 2015. De facto, durante o ano de 2015 foram analisadas as condições de elegibilidade de mais de 260 projetos de investimento, dos quais a grande maioria foi concretizada pelos respetivos instrumentos financeiros. Este incremento de projetos fez com que os Fundos de Capital de Risco, os FCR Revitalizar e as Linhas de Financiamento a Business Angels encerrassem o seu período de execução com níveis muito próximos de 100%, permitindo a mobilização de cerca de 355 milhões de euros de investimento para a economia:

- Fundos de Capital de Risco: apoio a 118 PME com um valor total de investimento de 102 milhões de euros;
- FCR Revitalizar: apoio a 100 PME com um valor total de investimento de 207,5 milhões de euros;
- Linhas de Financiamento a BA: apoio a 158 PME com um montante total de investimento de 45,6 milhões de euros.

Paralelamente, a PME Investimentos manteve o acompanhamento dos Instrumentos Financeiros de capital, nomeadamente das participações detidas por estes, através da análise de relatórios de acompanhamento periódicos, de informação financeira e de reuniões regulares com as entidades responsáveis por estas.

Neste âmbito ainda, e porque o controlo da utilização dos montantes investidos pelos Instrumentos de Capital nas Empresas Destinatárias ganha maior relevância nesta fase, a Sociedade implementou o primeiro programa de Verificações a 23 operações de investimento, que incluiu, para além da conferência das condições de elegibilidade das operações, a averiguação das aplicações concretizadas com as verbas investidas, através, nomeadamente de visitas aos locais onde as Empresas Destinatárias desenvolvem a sua atividade.

No que diz respeito ao FACCE, a Sociedade intensificou o acompanhamento da carteira de participações, que apresenta um valor total de investimento de 56 milhões de euros (18 empresas apoiadas), e ao FSCR PME-IAPMEI, prosseguiu com os procedimentos de acompanhamento instituídos junto das entidades parceiras, o que permitiu a concretização de um desinvestimento com mais-valias muito relevantes.



Capitalizando as competências e experiência adquiridas na gestão de instrumentos de engenharia financeira com financiamento comunitário e atenta às oportunidades proporcionadas pelo novo quadro comunitário, a Sociedade promoveu múltiplos contactos e diligências para angariação de novos produtos para a esfera da sua gestão.

Neste contexto, próximo do final do ano, a Sociedade recebeu convite da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social para formalização de manifestação de interesse na assunção de funções de entidade gestora do Fundo de Inovação Social.

Trata-se de um fundo de fundos com uma dotação de capital prevista que integrará soluções de financiamento na vertente da dívida e de capital, vocacionado para a dinamização da economia social em Portugal, que assume carácter pioneiro a nível europeu.

Motivada pela perspetiva de participação numa iniciativa inovadora de desenvolvimento de um modelo de apoio ao empreendedorismo social, a Sociedade formulou uma manifestação de interesse que a qualificou para o desempenho de funções de execução do Fundo para a Inovação Social, decisão que lhe foi notificada já em 2016.

Em 2015 a Sociedade manteve um desempenho económico e financeiro bastante positivo, que ultrapassou as expectativas orçamentais. Com um total de proveitos de exploração de 10,5 milhões de euros e um resultado líquido próximo dos 5,9 milhões de euros, prossegue-se uma política de racionalização de recursos e contenção de custos que, no seu cômputo global, ficaram 19% abaixo do valor previsto.



I.1.1 Gestão do FINOVA

No decurso de 2015, o capital subscrito do FINOVA registou uma redução de 157 milhões de euros, que se encontravam realizados em 144 milhões de euros.

Destaca-se a extinção de 122 milhões de euros de capital, por incorporação de bonificações de operações que já se encontram liquidadas e sem valores pendentes de regularização das Linhas PME Investe III a VI.

Adicionalmente, correções aos projetos das Linhas de Crédito PME Investe I e II originaram reduções de capital na ordem dos 22 milhões de euros e uma reavaliação dos custos associados às Linhas do Setor do Turismo permitiu uma redução de 12 milhões de euros nos compromissos assumidos pelo Turismo de Portugal.

Os instrumentos de dívida lançados em 2015 e financiados através do FINOVA envolveram custos estimados de 73 milhões de euros, a que acresceram 25 milhões de euros de custos adicionais relacionadas com Linhas de anos anteriores.

Mantendo-se uma monitorização dos custos associados a cada uma das Linhas de Crédito que o FINOVA financia, foi possível assegurar o financiamento integral destas necessidades através da reafetação de verbas inicialmente estimadas que não se revelam necessárias face aos níveis de execução operacional e financeira reais. Em 2015, este processo de reavaliação de necessidades de fundos em função da execução dos projetos foi também extensível ao FCGM, onde foram realocados 44 milhões de dotações de capital, sendo os restantes 54 milhões de euros relativos a bonificações.

As realizações de capital registadas em 2015 respeitam fundamentalmente a instrumentos de capital de risco que, numa fase próxima do encerramento, intensificaram o ritmo de concretização, correspondendo a cerca de 72 milhões de euros.

Nos instrumentos de dívida, já em fase cruzeiro e quando o financiamento dos novos produtos é assegurado exclusivamente por via de realocação de verbas, as realizações de capital ascenderam a 14 milhões de euros, sendo de destacar que à data de 31 de dezembro não se registavam quaisquer atrasos na realização de compromissos assumidos pelas entidades financiadoras.

Na sequência destas alterações, o capital do FINOVA em 31 de dezembro de 2015 ascende a 1.102 milhões de euros e as dotações de capital já realizadas totalizam 989 milhões de euros.

A repartição dos fundos por tipologia de produtos, entidades financiadoras e origem dos fundos encontra-se evidenciada no quadro da página seguinte:



Capital do FINOVA

(M€)				
Instrumento	Entidade Financiadora	Fundos Públicos Nacionais	Fundos Comunitários (SAFPRI)	Total do Capital
Linhas de Crédito e Seguros	IAPMEI	701	57	758
	TP	54	3	57
	IEFP	21	0	21
Capital de Risco	IAPMEI	16	240	256
	TP	0	3	3
	AICEP	0	7	7
Total		792	310	1.102

O IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. é a entidade promotora da maioria das iniciativas veiculadas através do FINOVA, com uma participação de 1.013 milhões de euros, correspondentes a 92% do capital do Fundo. A ele juntam-se o Turismo de Portugal, I.P., financiador de 3 linhas de crédito e veículo de um projeto de capital de risco, com uma participação de 60 milhões de euros, a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, também com intervenção num fundo de capital de risco no montante de 7 milhões de euros e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., com um envolvimento de 21 milhões de euros na Linha de Crédito PME Investe III para micro e pequenas empresas.

Os projetos de capital de risco, no valor global de 266 milhões de euros, são quase que exclusivamente financiados por fundos comunitários, enquanto que nas linhas de crédito e de seguros o financiamento público é maioritariamente nacional, num total de 776 milhões, havendo apenas intervenção dos Programas Operacionais do QREN, nomeadamente o Compete e os Programas Operacionais Regionais de Lisboa e Algarve, no financiamento das Linhas de Crédito PME Investe QREN I e II, no montante de 60 milhões de euros.

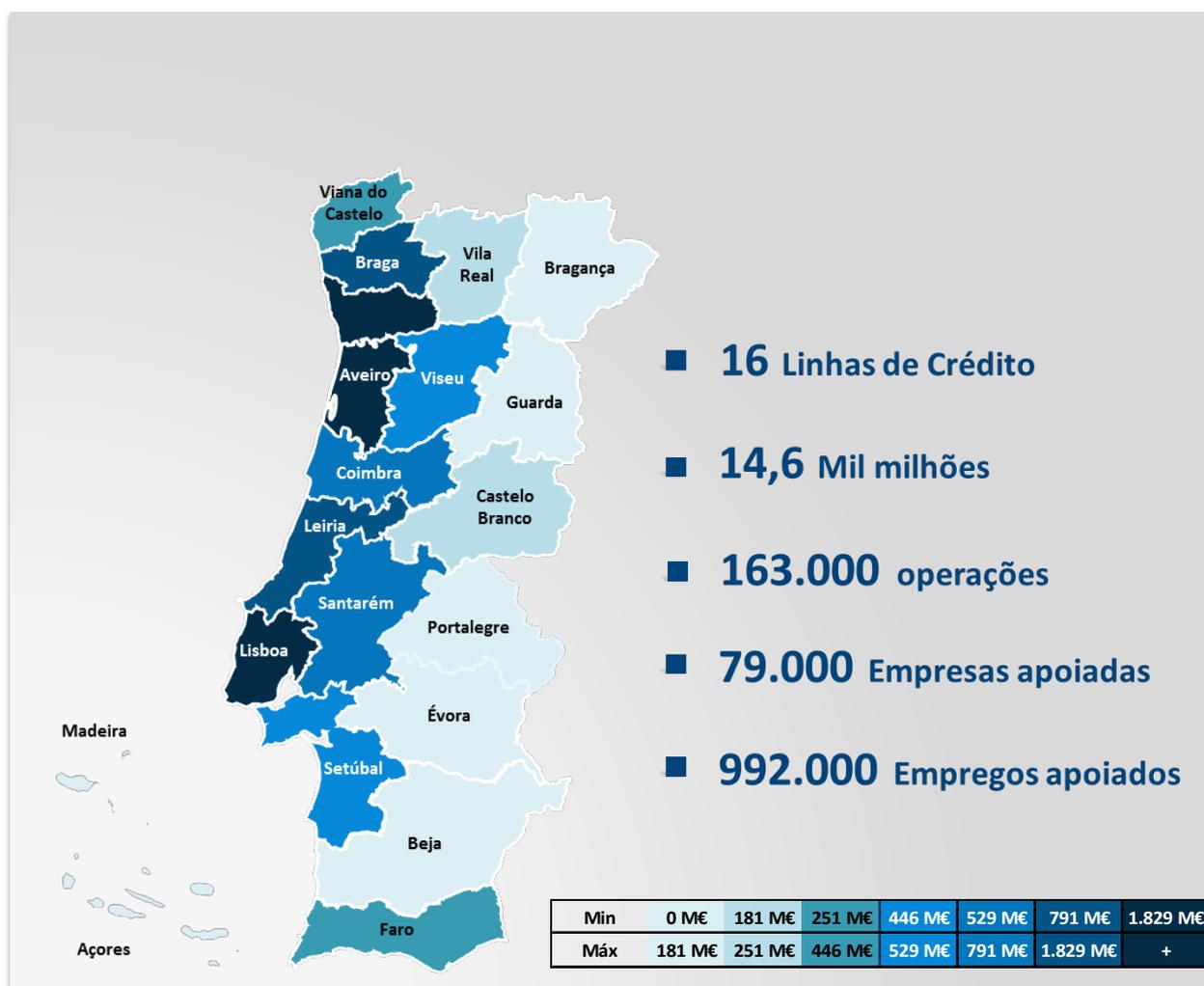
Considerando que os instrumentos de dívida integram o mecanismo de garantia prestada pelo Sistema Nacional de Garantia Mútua, que tem associada a necessidade de capitalização do Fundo de Contragarantia Mútua, o FINOVA é o principal dotador deste instrumento, com uma participação de 435 milhões de euros.



Linhas de Crédito geridas pela Sociedade

No final de 2015, a PME Investimentos mantinha sob gestão 16 Linhas de Crédito, com um valor global de 18.450 milhões de euros.

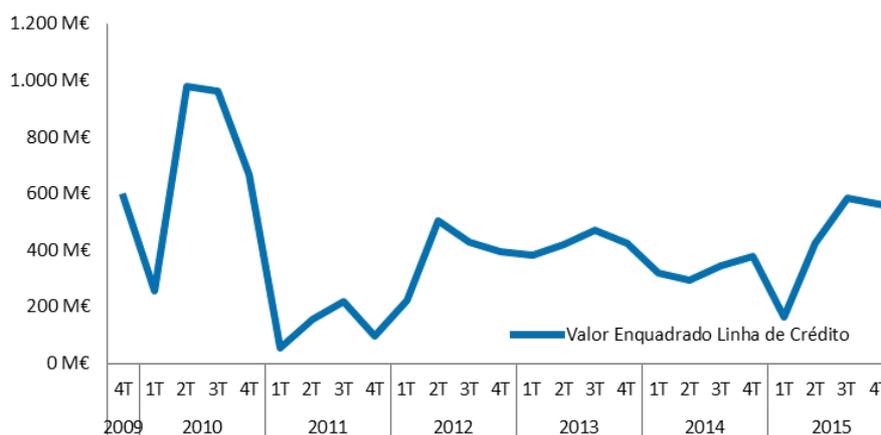
Financiamentos Aprovados





Com o lançamento da edição de 2015 da Linha PME Crescimento, cujas condições permitem o acesso ao crédito com uma maior intensidade de apoios públicos, a procura deste instrumento intensificou-se, atingindo no 3º trimestre do ano o valor de 585 milhões de euros, nível este que não se registava desde o último trimestre de 2010.

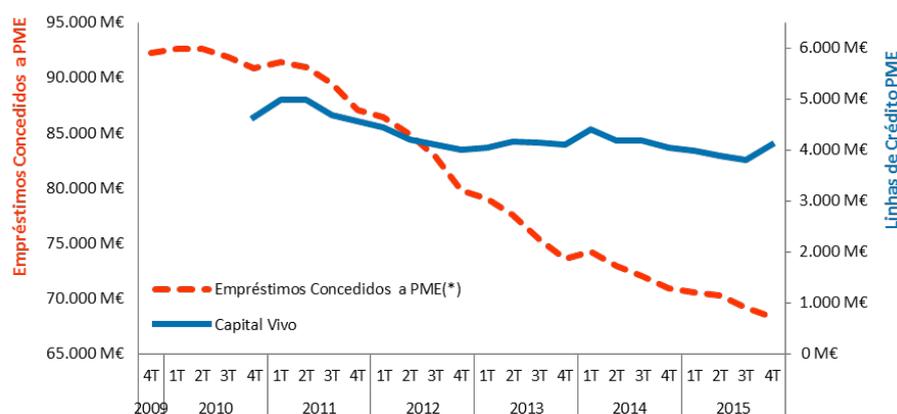
Valor Enquadrado nas Linhas de Crédito



Esta tendência contraria o comportamento do mercado de financiamento das PME, em que o valor dos empréstimos concedidos pela Banca continua a evidenciar uma contração significativa, atingindo no final deste ano um novo mínimo de cerca de 68 mil milhões de euros, enquanto a carteira de crédito vivo ao abrigo das Linhas de Crédito PME Investe e Crescimento se mantém num valor próximo dos 4 mil milhões de euros, desde 2013.

A comparação entre a evolução dos empréstimos concedidos a PME pela Banca e o valor dos financiamentos vivos contratados ao abrigo destas Linhas de Crédito é bem ilustrativa da sua importância:

Crédito bancário a PME versus Financiamentos das Linhas de Crédito

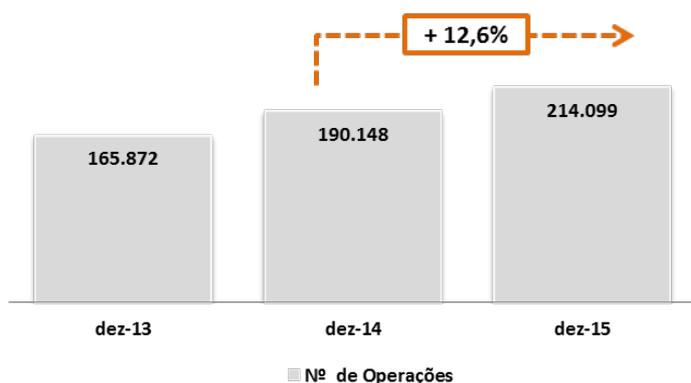




De salientar que contração do crédito concedido a PME nos últimos 5 anos registou uma quebra de 25% (22 mil milhões de euros), enquanto a quota das Linhas de Crédito PME Investe e Crescimento evidencia uma tendência crescente, em particular a partir de 2014.

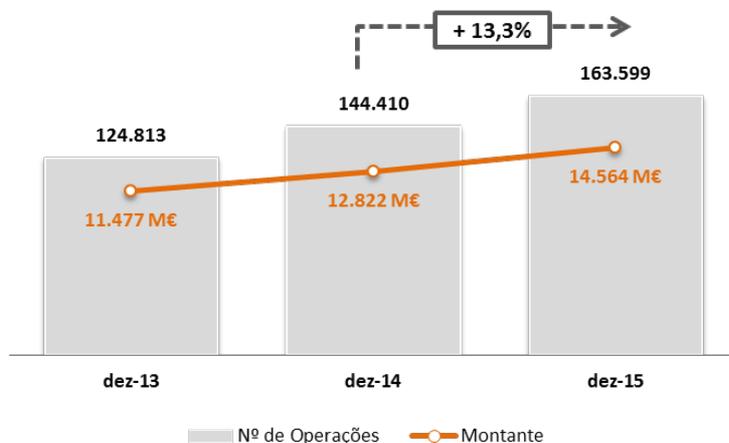
Os indicadores da atividade de análise e enquadramento de operações registaram a seguinte evolução:

Operações de Financiamento Entradas



Em 2015 foram rececionadas 23.591 candidaturas, representando um aumento de 12,6% face à situação a 31.dez.14.

Operações de Financiamento Enquadradas

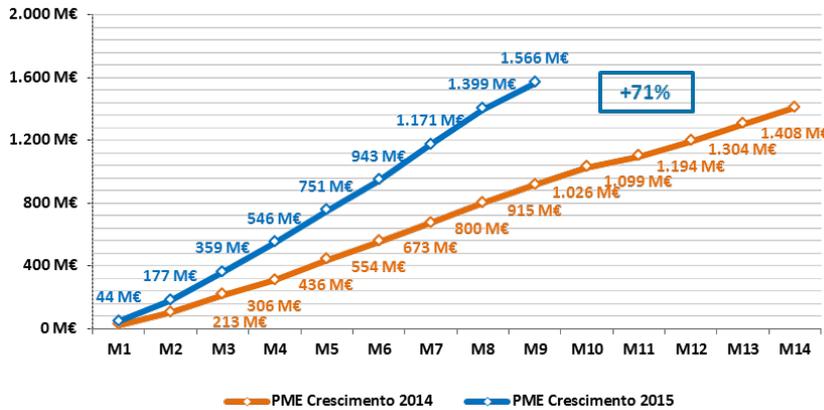


As operações enquadradas durante o ano ascenderam a 19.189, representando um aumento de 13,3% face ao final do ano anterior.



Para este comportamento foi determinante a procura registada na Linha PME Crescimento 2015.

Procura PME Crescimento 2015 - Total

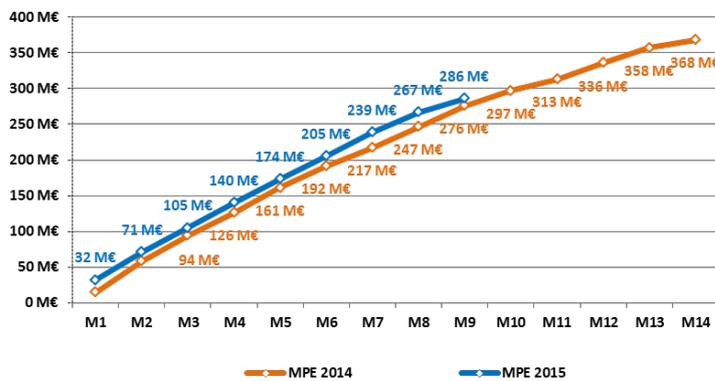


Em função da elevada procura, no final de novembro, o plafond a Linha Crédito foi aumentado de 1.400 para 1.650 milhões

Em 31 de dezembro a Linha PME Crescimento 2015 atingiu uma utilização de 95%.

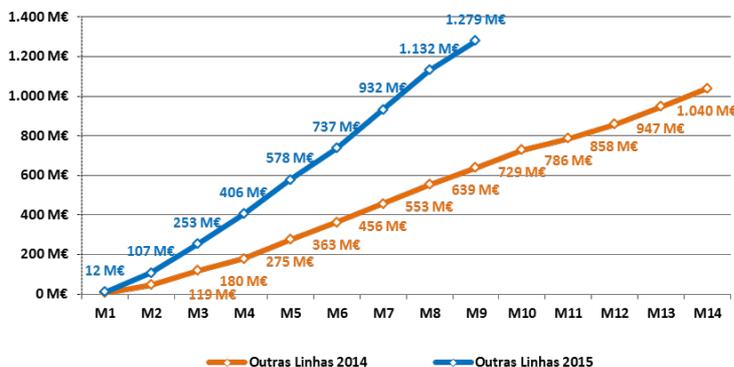
No final do ano e decorridos 9 meses desde o seu lançamento, a procura da Linha PME Crescimento 2015 mantinha-se intensa e acima da verificada na PME Crescimento 2014, com 1.566 milhões de euros de financiamentos aprovados.

Procura PME Crescimento 2015 – Linha Micro e Pequenas Empresas



A segmentação por Sublinhas, demonstra que a Linha das Micro e Pequenas Empresas mantém uma procura similar à registada na Linha PME Crescimento 2014 (+4%).

Procura PME Crescimento 2015 – Outras Linhas



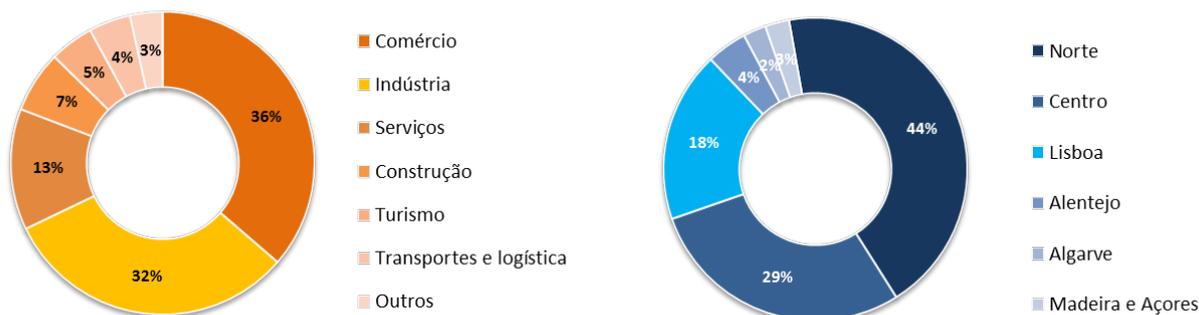
Contudo, a maior dinâmica encontra-se nas Outras Linhas (Fundo de Maneio e Investimento, Elevado Crescimento e Crédito Comercial a Exportadoras), cuja procura aumentou 73% face à anterior Linha de Crédito.



Os financiamentos ao abrigo da Linha PME Crescimento 2015 foram concedidos maioritariamente a empresas dos setores do comércio e indústria.

As regiões norte e centro do país absorveram 1.134 milhões de euros de financiamento, correspondendo a cerca de 72% do valor da Linha de Crédito.

Procura PME Crescimento 2015 - Distribuição setorial e regional



O ano de 2015 foi marcado pelo lançamento de outras 3 novas de Linhas de Crédito que se afastam do figurino usual das Linhas PME Crescimento. Visando segmentos de mercado específicos, assumem um carácter inovador, que exigiu uma maior intervenção da Sociedade na conceção e operacionalização destes produtos:

- Linha para Apoio à Revitalização Empresarial, no valor de 50 milhões de euros, tem como objetivo promover o acesso ao crédito de empresas que, tendo concluído processos de reestruturação financeira (PER, SIREVE), apresentam viabilidade económica, mas sentem dificuldades na obtenção de financiamentos para relançamento e crescimento da sua atividade.
- Linha Internacionalização Angola, no valor de 500 milhões de euros, visa promover a antecipação de receitas resultantes de exportações efetuadas para o mercado angolano.
- Linha *Mezzanine Financing* IFD 2015 com um valor de 100 milhões de euros, pretende promover a capitalização de empresas que prossigam estratégias de crescimento, através da dinamização de produtos de mezzanine financing, conferindo às empresas beneficiárias uma maior estabilidade dos fundos que lhes são disponibilizados.

Trata-se de instrumentos financeiros bastantes específicos e inovadores, pelo que a procura ainda se tem revelado incipiente.



A Sociedade assume funções de acompanhamento das operações formalizadas ao abrigo das Linhas de Crédito que implicam o controlo do cumprimento dos serviços da dívida contratados, numa dupla perspetiva de:

- Validação e pagamento das bonificações devidas pelo FINOVA aos Bancos e Sociedades de Garantia Mútua (SGM);
- Acompanhamento da evolução da carteira de garantias e contragarantias emitidas.

Para o efeito, encontra-se implementado um modelo de reporte junto da Banca e SGM, que lhe prestam em paralelo informação, permitindo assim verificar a consistência dos dados e detetar falhas de informação.

Estando instituídas algumas rotinas periódicas de controlo de ocorrências chave, nomeadamente, aquelas que implicam perda do direito de bonificações, com o encerramento dos projetos das Linhas que atingem a maturidade, os trabalhos de reconciliação intensificaram-se.

Conforme se antecipara, no ano de 2015, a Entidade Gestora encontrou-se fortemente envolvida neste processo e manteve, em contínuo e num trabalho de escrutínio minucioso, procedimentos de reconciliação de informação, incidindo sobre todas as Linhas PME Investe. Abrangendo os primeiros anos de vigência deste instrumento, em que os circuitos e procedimentos de controlo implementados pela Banca e Sociedades de Garantia Mútua não se encontravam consolidados, as falhas de comunicação têm uma maior ocorrência, aumentando a densidade dos trabalhos.

Paralelamente, manteve-se uma estreita articulação com as entidades protocoladas, tendo em vista a disponibilização de informação mais atualizada sobre o valor das operações efetivamente contratadas e os seus níveis de utilização.

Em 2015, a taxa de contratação reportada fixou-se em 95% e os reportes de utilização processados evidenciam taxas de utilização de 98%.

No decurso de 2015, foram processados 32 milhões de euros de bonificações, num total acumulado de 366 milhões de euros.

Linhas de Crédito – Bonificações Processadas

		dez-2014	mar-2015	jun-2015	set-2015	dez-2015	Varição Dez 14/ Dez 15
Bonificações processadas IC	Número (*)	1.175.764	1.215.993	1.279.176	1.309.582	1.319.374	143.610
	Valor	169,3 M€	170,4 M€	171,8 M€	172,3 M€	172,9 M€	4 M€
Bonificações processadas SGM (*)	Número (*)	1.585.516	1.660.240	1.741.753	1.819.782	1.909.559	324.043
	Valor	165,2 M€	171,6 M€	178,9 M€	185,6 M€	193,3 M€	28 M€

(*) Número de prestações processadas

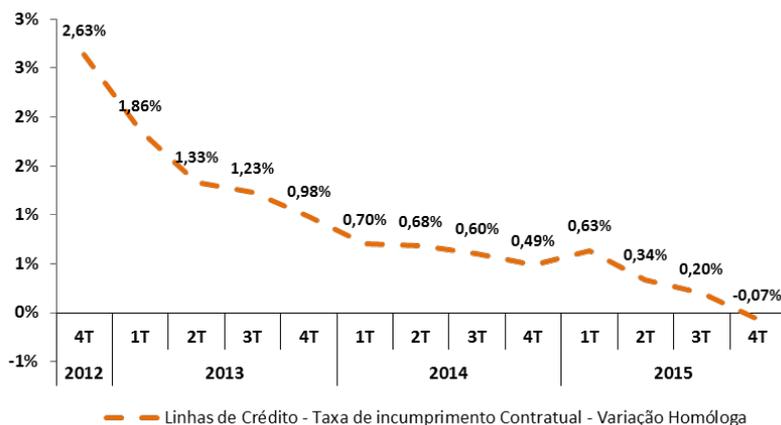
O prazo médio de pagamentos é inferior a 30 dias e, a 31.dez.15, apenas existiam valores pendentes em reconciliação perante as SGM e de valores perfeitamente residuais.



No âmbito das atividades de acompanhamento, destaca-se também a área de incumprimentos e correspondentes execução de garantias, fatores que dão origem à cessação de bonificações.

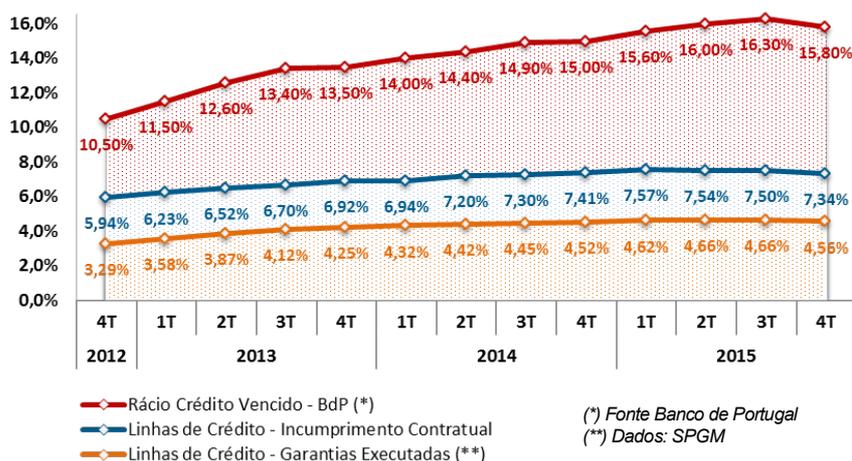
O reporte de incidentes continuou a diminuir, mas a um ritmo inferior comparativamente com o registado no ano transato.

Evolução da Taxa de Incumprimento



Taxa de Incumprimento - Análise Comparativa

As taxas de incumprimento protocolar e de garantias executadas nas Linhas de Crédito mantêm-se inferiores ao rácio de crédito vencido apurado pelo Banco de Portugal, conforme evidenciado no gráfico seguinte.



De acordo com informação disponibilizada pelo Sistema de Garantia Mútua, o valor das contragarantias acionadas totalizava, à mesma data, 296 milhões de euros, correspondente a uma taxa de sinistralidade de 4,56%.

No final de 2015, registavam-se incumprimentos em 14.963 operações, com um capital em dívida de cerca de 1.014 milhões de euros.


Registo de Incumprimentos –Evolução Histórica (2012-2015)

	dez-12	dez-13	dez-14	mar-15	jun-15	set-15	dez-15
Número Operações	8.934	11.914	14.096	14.604	14.963	15.352	14.963
Capital em Dívida	533 M€	742 M€	902 M€	950 M€	967 M€	988 M€	1.014 M€
Taxa Incumprimento	5,94%	6,92%	7,41%	7,57%	7,54%	7,50%	7,34%

No decurso de 2015, a Sociedade retomou a realização de verificações a operações contratadas ao abrigo das Linhas de Crédito geridas.

De acordo com o programa de verificações aprovado pelo Conselho Geral do FINOVA, os trabalhos incidiram sobre uma amostra de 549 operações da Linha PME Crescimento 2013 e 22 operações das Linhas do Setor do Turismo, relativamente às quais foram validadas documentalmente as condições de elegibilidade das empresas beneficiárias.

Apesar de os trabalhos serem desenvolvidos com recurso a subcontratação, a condução dos mesmos é da responsabilidade direta da Sociedade, facto que implica um acompanhamento muito próximo dos trabalhos realizados e a validação dos resultados apurados, exigindo por isso uma mobilização significativa dos recursos internos existentes.

Pilar fundamental da gestão das Linhas de Crédito, o sistema de informação existente na Sociedade continua a ser objeto de desenvolvimentos sistemáticos, numa perspetiva de melhorias de controlo e ganhos de eficiência operacionais.

Em 2015, para além dos desenvolvimentos necessários ao lançamento de 4 novas Linhas de Crédito, vários módulos foram objeto de atualização, destacando-se a automatização da análise dos processos de reestruturação, bem como a extensão dos serviços da dívida de acordo com as novas condições financeiras.

Os módulos que recebem informação da banca (informação sobre contratação, utilização dos financiamentos, bonificações e amortizações antecipadas) também foram remodelados, no sentido de acolher a nova geração de reportes lançados em 2015.

Esta reformulação do modelo de reportes reflete um ajustamento às características das Linhas de Crédito lançadas mais recentemente, mas tem também a preocupação de reduzir a carga operacional imposta por esta via aos Bancos e Sociedades de Garantia Mútua, numa filosofia de parceria ativa e construtiva que a Sociedade reputa de crucial na sua atuação e interação com todos os stakeholders.

O acompanhamento da execução financeira dos projetos das Linhas de Crédito e a reavaliação dos custos associados aos mesmos continuou a ser preocupação da Entidade Gestora tendo em vista otimizar os recursos que lhe são atribuídos para gestão e potenciar a sua plena utilização. Pretende-se assim que os compromissos das entidades participantes do FINOVA envolvidas no financiamento de Linhas de Crédito sejam ajustados às reais necessidades e, simultaneamente, minimizar os fundos públicos a afetar a novas Linhas de Crédito.



Em 2015, este processo de reavaliação de necessidades de fundos em função da execução dos projetos foi também extensível ao FCGM.

Num trabalho conjunto com a SPGM, foi possível a realocação de cerca de 98 milhões de euros, dos quais 44 milhões de euros respeitam a dotações do FCGM e 54 milhões de euros de bonificações, que permitiram assegurar o financiamento em cash das 4 novas Linhas lançadas em 2015, num total de 73 milhões de euros, bem como 25 milhões de euros de custos adicionais relacionadas com Linhas de anos anteriores.

Neste processo, em que é necessária uma avaliação cuidada e rigorosa, na salvaguarda do equilíbrio financeiro do FINOVA, a Sociedade tem uma postura bastante proativa, assumindo uma função de articulação entre as diversas entidades intervenientes.

Fruto dos trabalhos de reconciliação efetuados e de acordo com as orientações transmitidas pelo Conselho Geral do FINOVA em sede do Plano de Atividades e Orçamento aprovado para 2015, foi possível dar como encerradas 60.000 operações das Linhas PME Investe III Exportadoras e Linhas Micro e Pequenas Empresas das Linhas PME Investe III a VI.

Representando cerca de 2/3 do total das operações contratadas ao abrigo das respetivas Linhas de Crédito, estas 60.000 operações têm associados 122 milhões de euros de bonificações, valor correspondente a 1/3 do total de bonificações pagas até setembro deste ano.

Neste contexto, no final de setembro foi registada uma redução de capital do FINOVA de 122 milhões de euros por incorporação destas bonificações, adequando o capital do Fundo aos valores das carteiras sob gestão.

Paralelamente, prosseguiram os trabalhos conducentes ao encerramento dos projetos comunitários das Linhas PME Investe I e II que aguarda instruções das Autoridades de Gestão do QREN.

Neste âmbito, prosseguiram-se os trabalhos de reconciliação de informação residente no sistema de informação da Sociedade, foram prestadas todas as informações solicitadas pelas Autoridades de Gestão do QREN sobre a execução dos projetos e foram formalizados ajustamentos aos projetos, por via de reduções de capital e devoluções de verbas FEDER, em função das notificações recebidas.

Instrumentos de dívida geridos por terceiros

No que respeita à atividade desenvolvida no âmbito dos instrumentos de dívida financiados através do FINOVA, sob gestão de outras entidades, são de destacar os seguintes aspetos:

- No projeto da Linha de Seguros de Crédito OCDE, com um valor inicial de 30 milhões de euros, registou-se uma redução de compromissos do FINOVA, na vertente de bonificações, de 7,7 milhões de euros;
- No acompanhamento da Linha Export Investe, com um nível de procura fraco e uma intervenção do FINOVA restrita à dotação de capital do Fundo de Contragarantia Mútuo, manteve-se o controlo, numa base trimestral, das garantias emitidas e acionadas;



- Na Linha de Apoio à Recuperação Empresarial da Região da Madeira, prosseguiu-se o acompanhamento da execução operacional e financeira do projeto, tendo sido efetuadas validações de bonificações pagas que permitiram a transferência de duas tranches de capital no valor de 2.245 mil euros, num total acumulado de 4.163 mil euros;

Capital de Risco

O ano de 2015 representou o fim do período de investimento dos Instrumentos Financeiros financiados por fundos comunitários, através dos Programas Operacionais do QREN (COMPETE, POR Lisboa e POR Algarve), tendo-se, por este facto, assistido a um ritmo muito intenso de concretização de investimentos.

A PME Investimentos, em representação do FINOVA, participou em Assembleias Gerais das Entidades Veículos e em Comitês de Investimento, onde foram apreciadas as oportunidades de investimento a ser realizadas pelas Entidades Veículos. Participou igualmente nas reuniões de Assembleias de Participantes dos FCR, bem como nos Comitês de Investimento daqueles, onde se pronunciou relativamente ao enquadramento dos projetos de investimento.

Adicionalmente, a Sociedade manteve o reporte trimestral às Autoridades de Gestão do COMPETE, do POR Lisboa e do POR Algarve, tendo-se aprofundando o detalhe de reporte de informação relativamente à execução dos projetos apoiados, bem como da evolução das participações detidas pelos respetivos instrumentos financeiros.

Durante o ano de 2015, a ADC, a IGF, o COMPETE e o POR Lisboa promoveram ações de Auditoria e de Verificações de Gestão a diversos Fundos de Capital de Risco e Entidades Veículo detidas por Business Angels, tendo a PME Investimentos colaborado ativamente na preparação da informação solicitada e no acompanhamento das referidas ações.

Dos trabalhos de Auditoria e Verificações de Gestão efetuados resultaram diversas recomendações dirigidas especificamente à PME Investimentos, que foram sendo acolhidas através da implementação de novos procedimentos ou do melhoramento dos existentes.

Paralelamente, a Sociedade lançou o 1º programa interno de Verificações de Gestão, que recaíram sobre diversas operações de investimento de Fundos e de Entidades Veículo, o qual ainda não se encontra concluído.

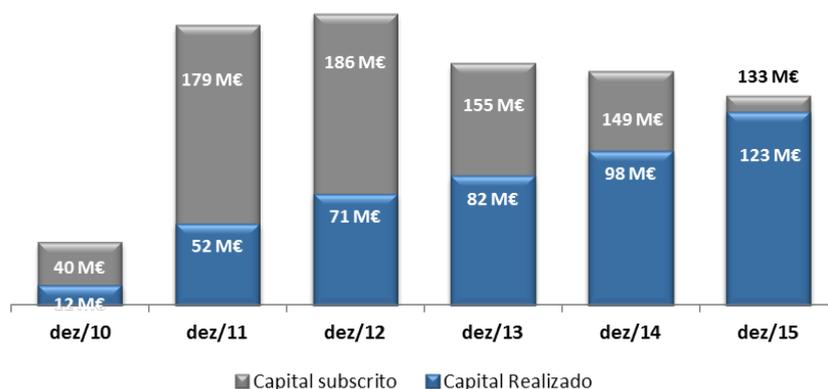
– Fundos de Capital de Risco (“FCR”)

Os Fundos de Capital de Risco (FCR) foram constituídos ao abrigo dos Avisos de Abertura de Concurso nº 01 a 04 / SAFPRI / 2009, com o montante total previsto que rondava os 186 milhões de euros. Desde junho de 2013, altura em que se implementou a metodologia de cumprimento das metas de execução, que o mencionado capital subscrito tem vindo a ser alterado, destacando-se que em 2015 se procedeu a uma nova revisão, tendo aquele diminuído de 149 milhões de euros para 133 milhões de euros.



Durante o ano de 2015, o FINOVA foi chamado a realizar capital em 10 FCR, no montante de cerca de 15 milhões de euros. No final do exercício em apreço, e tendo já terminado o período que permitia a realização do capital, dos 18 FCR, apenas 5 não chamaram o respectivo capital na íntegra (ficando cerca de 10 milhões de euros por realizar).

Capital Subscrito e Realizado dos FCR



Em 2015 e até ao final do período de investimento financiado pelos Programas Operacionais do QREN (COMPETE e POR Lisboa), os FCR concretizaram investimentos que ascenderam a cerca de 57 milhões de euros, correspondendo à aquisição de novas participações em 38 empresas e a diversas tranches de investimento em empresas já detidas em carteira. Salienta-se que, por questões prudenciais, a maioria dos FCR esquematizou os seus investimentos através de tranches, muitas vezes associadas ao cumprimento de determinados objetivos em termos de planos de negócios das empresas apoiadas.

Desde o início da sua atividade, os FCR aplicaram cerca de 102 milhões de euros em 118 PME. Importa salientar que o maior volume de investimento foi concretizado pelos Fundos de tipologia Inovação / Internacionalização, onde se encontram as operações de maior dimensão (montante médio por operação ronda os 1,1 milhões de euros).

Capital aplicado pelos FCR em PME

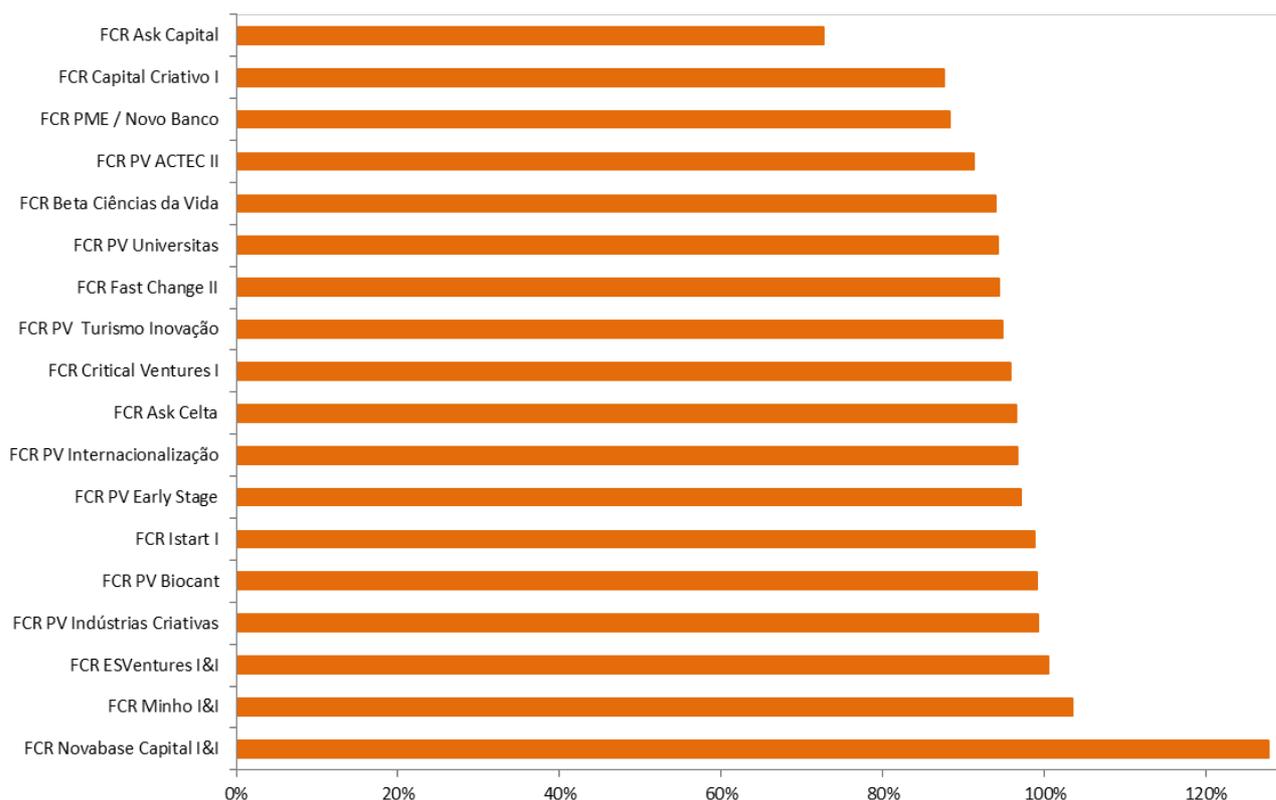
(em m€)

Tipologia	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital Aplicado	Nº PME Apoiadas
Inovação e Internacionalização	90.832	84.620	68.445	62
Corporate Venture	9.000	7.875	7.010	10
Early Stage	21.738	19.780	17.036	24
Pré-Seed	11.875	11.155	9.526	22
Total	133.445	123.430	102.017	118



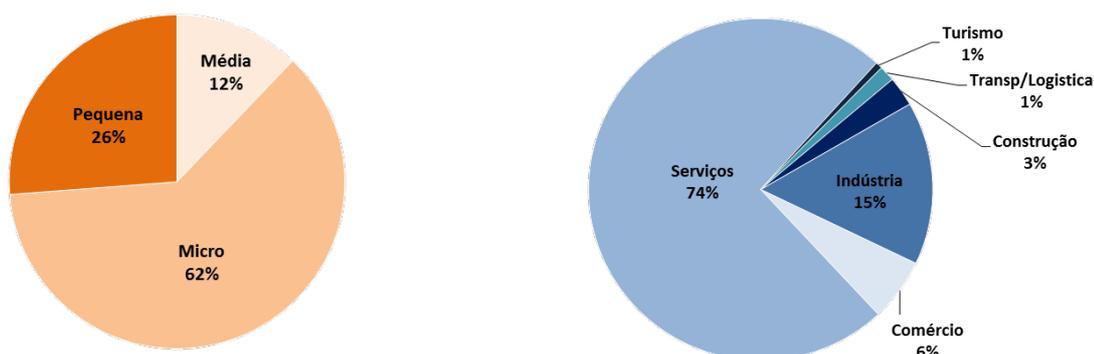
Relativamente à execução, destaca-se que apenas 3 Fundos apresentaram taxas de utilização de capital inferiores a 90%, salientando-se ainda que outros 3 Fundos usaram mais de 100% do seu capital, tendo as utilizações excedentes sido suportadas por rendimentos provenientes de juros de aplicações e de desinvestimentos entretanto ocorridos.

Taxas de Execução dos FCR



Em termos de localização dos projetos apoiados, destacam-se as Regiões Norte e Centro como recetoras da maioria do volume de investimento. No que respeita a setores de atividade, encontram-se representados todos os setores abrangidos pelo SAFPRI, destacando-se áreas dos Serviços.

Distribuição do Investimento por Dimensão e por Setores



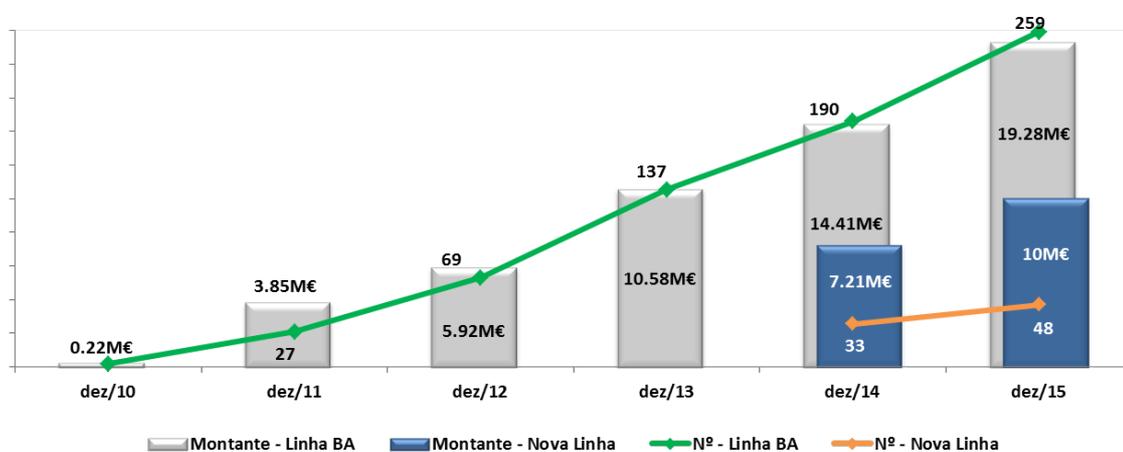


– Linhas de Financiamento - Business Angels (“BA”)

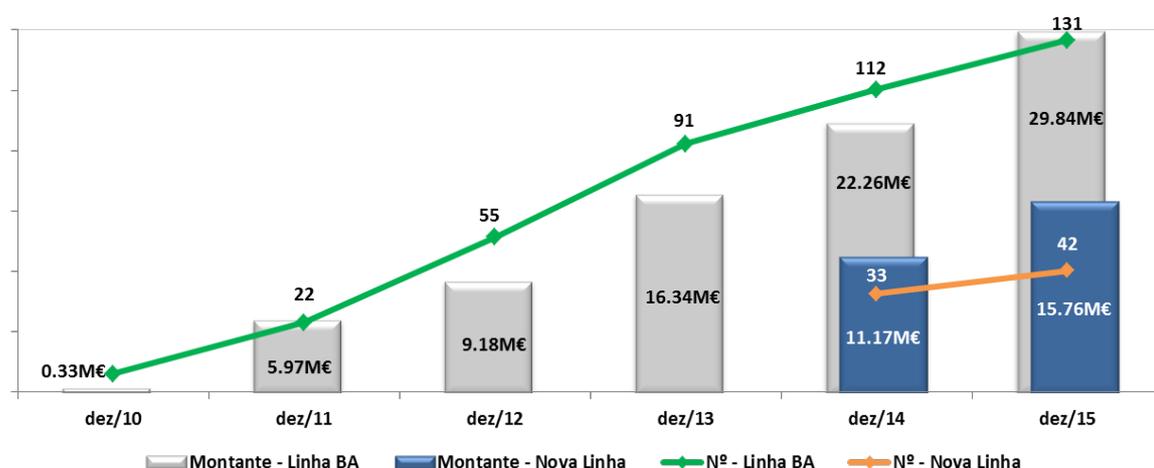
A Linha de Financiamento a BA (Linha BA) e a Linha de Financiamento a Operações desenvolvidas por BA (Nova Linha), lançadas, respetivamente em dezembro de 2010 e fevereiro de 2014, terminaram o seu ciclo de investimento em 2 de dezembro de 2015, com níveis de execução muito satisfatórios.

Ao longo de todo o período de investimento, o FINOVA concedeu 307 financiamentos a 56 Entidades Veículo (EV) diferentes, num valor total de 29,28 milhões de euros, que permitiram apoiar 158 PME com um montante global de investimento de 45,6 milhões de euros.

Financiamentos Concedidos



Empresas Apoiadas



Nota: No âmbito das duas Linhas de BA, foi apoiado um total de 158 PME, sendo que algumas beneficiaram de apoios decorrentes de ambas as Linhas.



Linha de Financiamento a Business Angels – Linha BA

Durante o ano de 2015 (e até 2 de dezembro) o FINOVA concedeu 69 financiamentos a Entidades Veículo, no valor total de cerca de 4,87 milhões de euros, tendo estes financiamentos permitido apoiar 19 PME, com um valor total de investimento de 7,58 milhões de euros.

Desde o início da Linha de Financiamento a BA, foram concedidos 259 financiamentos às 47 Entidades Veículo em atividade, que se traduziram em investimentos de cerca de 30 milhões de euros concretizados pelas Entidades Veículo em 131 PME.

Uma vez que o ano de 2015 correspondeu ao fim do prazo limite de investimento das Entidades Veículo, destaca-se uma melhoria significativa na execução das 47 EV, tendo a Linha de Financiamento a BA, financiada com recurso a fundos comunitários no âmbito do COMPETE, encerrado com uma execução de 94% face ao valor total disponível (das 47 Entidades Veículo, apenas 10 não atingiram a execução total do *plafond* contratualizado com o FINOVA).

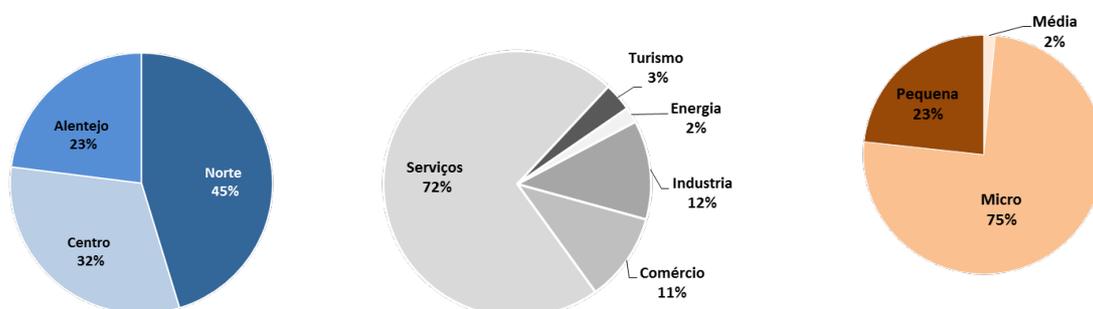
Salienta-se ainda que este instrumento permitiu a mobilização da comunidade de BA portuguesa para o investimento em *start-ups* (as EV apoiadas pelo FINOVA são detidas por cerca de 200 *Business Angels*), com a injeção de capital privado na ordem dos 11 milhões de euros.

Relativamente à carteira de participações detida pelas diversas Entidades Veículo, com recurso à Linha de Financiamento a BA, pode-se destacar o seguinte:

- Em termos médios, cada Entidade Veículo detém 3 empresas;
- Em média, o valor das operações de investimento concretizadas pelas EV ronda os 222 mil de euros;
- Em função dos valores de investimento, denota-se uma forte incidência no setor dos Serviços, bem como de empresas localizadas na Região Norte. No que respeita à dimensão, estamos perante um universo maioritário de micro empresas.



Características das Participações



Linha de Financiamento a Operações desenvolvidas por Business Angels – Nova Linha

A Linha de Financiamento a Operações por BA foi lançada em fevereiro de 2014, sob a marca IN2BA, com o valor total de 15 milhões de euros, dos quais 10 milhões de euros aportados pelo FINOVA, sendo o restante capital exclusivamente detido por investidores privados (Business Angels e outros investidores). Dado o carácter inovador da mesma, o *plafond* total da Linha ficou totalmente comprometido em 8 meses.

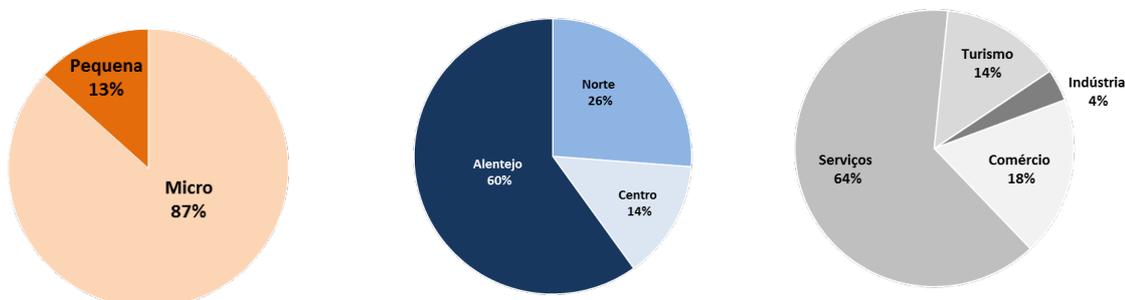
Durante o ano de 2015 foram concedidos diversos financiamentos pelo FINOVA (decorrentes do compromisso assumido em 2014), no montante de cerca de 2,8 milhões de euros, cujo valor total de investimento nas empresas correspondeu a 4,6 milhões de euros.

Em termos acumulados, e até ao final do período de investimento das Entidades Veículo (dia 2 de dezembro de 2015), o FINOVA concedeu 48 financiamentos, que asseguraram um valor de investimento aplicado que superou os 15 milhões de euros em 42 PME, concretizando-se assim a execução total desta Linha financiada por fundos comunitários, através do COMPETE.

Relativamente à carteira de participações detida pelas diversas Entidades Veículo, e tendo em consideração os valores de investimento, salienta-se que só foram apoiadas empresas de Micro e Pequena dimensão, salientando-se uma forte incidência no setor dos Serviços, bem como de empresas localizadas na Região do Alentejo.



Características das Participações



– Fundos de Capital de Risco Revitalizar

Os Fundos de Capital de Risco Revitalizar foram constituídos em agosto de 2013, com um montante global de subscrição de 220 milhões de euros, sendo a participação do FINOVA de 110 milhões de euros (50% do montante de subscrição) e o montante remanescente subscrito por 7 instituições de crédito portuguesas (Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo, Banco BPI, Banco Comercial Português, BANIF, Montepio e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo).

Durante o ano de 2015, o FINOVA realizou 56 milhões de euros de capital no conjunto dos três fundos, que foram acompanhados de igual montante por parte dos participantes privados. Assim, quer o FCR Revitalizar Norte, o FCR Revitalizar Centro e as componentes financiados pelo COMPETE e pelo POR Lisboa, do FCR Revitalizar Sul, conseguiram chamar a totalidade do seu capital subscrito, ficando apenas a componente financiada pelo POR Algarve, do FCR Revitalizar Sul, com 20% de capital não realizado.

A realização da quase totalidade do capital dos 3 fundos só foi possível, uma vez que foram concretizadas 52 novas operações, bem como as tranches subsequentes de investimentos anteriormente concretizados, que, na sua globalidade, ascenderam a mais de 119 milhões de euros de investimento em PME.

Em termos acumulados, os 3 Fundos Revitalizar terminaram o ano de 2015 com uma carteira de 98 participadas, cujo valor total de investimento correspondeu a 207,5 milhões de euros, permitindo aferir que, do montante de 220 milhões de euros disponível para investimento, quase 95% foi canalizado para a economia. No que se refere a PME apoiadas, e em função dos valores de investimento efetivo, denota-se uma forte incidência de empresas de média dimensão (64%), pertencentes ao setor industrial (52%).



I.1.2 Gestão do FACCE

A 31 de dezembro de 2015, a carteira de ativos do FACCE correspondia a 19 operações de cofinanciamento, cujo valor realizado pelo Fundo ascendia a cerca de 56 milhões de euros. A totalidade das empresas apoiadas representa um volume de negócios agregado de 587,188 milhões de euros, e, no plano do emprego, de cerca de 10 mil trabalhadores.

Durante o ano de 2015, a PME Investimentos focalizou a sua atividade no acompanhamento da carteira de participações do Fundo, em especial com vista:

- Ao apoio às empresas no âmbito dos processos de fusão, reestruturação / consolidação empresarial ou expansão que estiveram na base do investimento do FACCE, em muitos casos a serem desenvolvidos em condições adversas quando comparadas com aquelas previstas no projeto inicial;
- À identificação de oportunidades de captação de novos investidores, que permitam robustecer as condições necessárias ao sucesso de alguns dos projetos participados pelo FACCE;
- À análise de oportunidades de desinvestimento, que se justifiquem em função da situação da empresa, da sua estratégia futura, ou em resultado dos acordos de investimento / parassociais existentes.

Consequentemente, desenvolveram-se negociações com algumas empresas participadas, tendo em vista a revisão de algumas condições associadas aos apoios concedidos pelo FACCE. Adicionalmente, durante 2015 foi celebrado um contrato promessa de compra e venda de uma participação.

Destaca-se igualmente a implementação de um Regulamento de Cobrança de Dívidas e a elaboração de um Regulamento para Bolsa de Administradores / Observadores, que será operacionalizado em 2016.

I.1.3 Gestão de fundos de refinanciamento e partilha de risco

No âmbito do Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI (FSCR PME-IAPMEI), a Sociedade manteve, durante o ano de 2015, os procedimentos instituídos de acompanhamento das participações detidas pelo Fundo, através de contactos regulares com os operadores e as entidades gestoras dos Fundos participados, dos relatórios de acompanhamento produzidos por aquelas entidades, da participação em Assembleias Gerais e de Participantes, e em situações específicas, através de contactos diretos com as empresas.

Em 2015 registou-se a alienação de uma participada, avaliada a custo de aquisição em 205 mil euros, pelo montante que rondou os 1,1 milhões de euros.



Paralelamente, manteve-se o programa de investimentos no PVCi, que mobilizou, durante o exercício em questão, 2.526 mil euros, correspondentes a 3 chamadas de capital. Este Fundo apresenta já mais de 60% do seu capital realizado, participando em 7 Fundos de Capital de Risco, a que corresponde um montante de compromisso de 105 milhões de euros, que se encontra efetivamente concretizado em cerca de 52 milhões de euros. Os Fundos de Capital de Risco participados apresentam um total de capital subscrito na ordem dos 487 milhões de euros, do qual já foram investidos cerca de 223 milhões de euros em 30 empresas.

No final de 2015, a carteira do FSCR PME-IAPMEI era composta por participações em 4 empresas, 3 Fundos de Capital de Risco, bem como por créditos sob operadores de capital de risco, que, globalmente representam um investimento na ordem dos 20 milhões de euros.

I.1.4 Marketing

Durante o ano de 2015, manteve-se uma política de publicitação e divulgação, nomeadamente através de anúncios em publicações periódicas, a diversos produtos, como os Fundos de Capital de Risco, os Fundos Revitalizar e a Linha de Financiamento a *Business Angels*, tendo em vista garantir uma maior visibilidade destes instrumentos junto do público em geral.

Encarando o website como um instrumento fundamental na divulgação e promoção da atividade da Sociedade, procedeu-se (i) a um investimento na sua otimização a nível da adaptabilidade a dispositivos móveis, permitindo alcançar uma maior número de visualizações, e (ii) à implementação de um espaço de acesso restrito, denominado “Área Reservada” possibilitando uma maior eficácia e segurança na partilha de documentos de suporte às mais diversas reuniões e eventos.

A Sociedade reforçou as suas relações com diversas entidades, nomeadamente associações de *Business Angels*, colaborando ativamente em algumas das suas iniciativas, permitindo em simultâneo uma maior divulgação da sua atividade e produtos.

A nível interno, e tendo em vista a revisão e a adequação das boas práticas da Sociedade promoveram-se *workshops* em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

I.1.5 Área Jurídica e de Compliance

A área Jurídica e de *Compliance* da Sociedade tem por função:

- o suporte às áreas operacionais e ao Conselho de Administração nas matérias jurídicas;
- a assessoria ao Conselho de Administração relativamente ao cumprimento dos normativos vigentes, bem como a identificação, avaliação e prevenção dos riscos de *compliance* associados à atividade da Sociedade, numa perspetiva económica e reputacional;
- o acompanhamento das iniciativas regulatórias de organismos reguladores/supervisores e de tutela;
- o acompanhamento das iniciativas legislativas com impacto na atividade da Sociedade;



- a supervisão e controlo de um conjunto de procedimentos, regras e regulamentos, que asseguram a preservação dos padrões éticos e a disciplina da Sociedade;
- a articulação interna do interface com o Banco de Portugal, para elaboração de relatórios periódicos e esclarecimento de questões relativas a *compliance* e branqueamento de capitais;
- a elaboração do Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e do Questionário de autoavaliação em matéria de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, para aprovação do Conselho de Administração e envio para o Banco de Portugal; e,
- a elaboração do Relatório de *Compliance* a apresentar ao Conselho de Administração e ao Banco de Portugal.

A atividade desenvolvida pela área Jurídica e de *Compliance* em 2015, continuou o habitual acompanhamento técnico-jurídico das matérias com relevância jurídica da Sociedade e centrou-se na:

- consolidação do acompanhamento técnico-jurídico de diversas matérias de relevo para a Sociedade e aprofundamento da assessoria jurídica a prestar às diversas áreas operacionais da Sociedade e ao Conselho de Administração;
- implementação do procedimento de diagnóstico e levantamento das não conformidades, em estrita conexão direta com os responsáveis pelas áreas operacionais e com o Conselho de Administração;
- elaboração e submissão do Banco de Portugal do Relatório de *Compliance*, do Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e do Questionário de autoavaliação em matéria de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Em 2015, manteve-se a tendência de aumento de atividade da Sociedade, tendo a Área Jurídica e de *Compliance* mantido o apoio às diversas áreas funcionais da PME Investimentos, nomeadamente na análise da adequação e conformidade aos normativos vigentes dos vários projetos de investimento, quer sejam os em fase de acompanhamento, quer os realizados em 2015, pelos mais diversos fundos de capital de risco participados pelo FINOVA, bem como no acompanhamento e nos desinvestimentos dos demais fundos geridos pela Sociedade, nomeadamente aqueles levados a cabo pelo FACCE e pelo FSCR.

No que respeita às linhas de *Business Angels*, a Área Jurídica e de *Compliance* manteve o apoio à Direção de Produtos Financeiros, tendo em vista o acompanhamento dos investimentos realizados quer na *Linha de Financiamento a Business Angels* quer na *Linha de Financiamento a Operações desenvolvidas por Business Angels*.

Na componente de apoio ao Conselho de Administração também se registou um crescimento de atividade, tendo a Área Jurídica e de *Compliance*, para além do apoio corrente, acompanhado de perto e aconselhado o Conselho de Administração no *interface* com as várias entidades envolvidas nas operações de reestruturação, nomeadamente em virtude da eleição de novos órgãos sociais, o que exigiu estreita articulação com as entidades de tutela e de supervisão. Acresce que a Área



Jurídica e de *Compliance* assumiu ainda funções no âmbito do Conselho Fiscal, passando a secretariar este órgão e servindo de ponto de contacto entre a Sociedade e o mesmo.

Em 2015 a Área Jurídica e de *Compliance* prosseguiu, assim, as suas atividades em linha com o plano de ação e prioridades estabelecidas em 2014/2015.

I.1.6 Recursos Humanos

A PME Investimentos, por via da sua natureza de empresa pública, encontra-se sujeita desde 2011 a restrições orçamentais que condicionam a sua política de recursos humanos.

Sem possibilidade de contratação de pessoal, ainda que para reposição do quadro de pessoal, e com o congelamento de revisões salariais, progressões na carreira e atribuição de prémios de desempenho, a Sociedade procura implementar políticas que minimizem os impactos negativos destas restrições.

Apostada em promover a motivação e valorização do seu capital humano, a Sociedade dedica particular atenção à vertente de formação dos seus colaboradores. O âmbito do plano de formação é bastante amplo, embora ajustado às funções desempenhadas pelos colaboradores, abrangendo formação académica e técnico-profissional, integrando programas de atualização de conhecimentos informáticos, formação em línguas e aquisição de competências em *soft skills*. Em 2015 e à semelhança do que já acontecera no ano anterior, foi privilegiada a realização em ações de formação relacionadas com a regulamentação comunitária aplicável aos instrumentos de engenharia financeira do novo quadro comunitário, por forma a reforçar e atualizar as competências específicas existentes na estruturação e gestão de instrumentos de apoio ao financiamento das empresas. De destacar também, a realização de uma ação de formação específica na área de branqueamento de capitais dirigida a todos os colaboradores da Sociedade.

Para colmatar a redução do quadro de pessoal que se tem registado nos últimos anos (2 colaboradores em 2015) e tendo em vista salvaguardar os padrões de qualidade exigidos pelos instrumentos sob gestão, a Sociedade promove uma maior racionalização dos recursos, processos e procedimentos, com investimento ao nível dos sistemas de informação e recorrendo a subcontratação de serviços especializados, quando necessário.

I.2. Plano de atividades para 2016

A sociedade aguarda orientações estratégicas e definição de objectivos de gestão, nomeadamente, relacionadas com o papel que poderá vir a desempenhar no âmbito da gestão dos instrumentos de engenharia financeira dirigidos a empresas que serão lançados ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio.

Se por um lado, a intervenção da Sociedade na gestão destes instrumentos poderá potenciar os recursos existentes para apoio às empresas e à Economia, também o know-how e as competências adquiridas na estruturação e operacionalização deste tipo de produtos



constituirão um contributo relevante para a concretização dos objetivos que lhes estão subjacentes.

Assim, aguarda-se o lançamento de novos instrumentos de engenharia financeira, quer de dívida e garantias, quer de capital e quasi-capital, empenhada e na expectativa de que irá desempenhar um papel fundamental na estruturação e operacionalização dos novos produtos vocacionados para o apoio ao financiamento das empresas.

Paralelamente e em complemento da oferta da carteira de produtos atualmente sob gestão, a PME Investimentos encontra-se a desenvolver e a estudar a eventual gestão de outros fundos e outros instrumentos de engenharia financeira, que poderão vir a ter impactos ainda em 2016.

Neste âmbito, salienta-se que a Sociedade foi já selecionada para em coordenação com a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social promover o lançamento e operacionalização do Fundo de Inovação Social.

Trata-se de um fundo de fundos com uma dotação de capital prevista de 112 milhões de euros que integrará soluções de financiamento na vertente da dívida e de capital, vocacionado para a dinamização da economia social em Portugal, que assume caráter pioneiro a nível europeu.

Motivada pela perspetiva de participação numa iniciativa inovadora de desenvolvimento de um modelo de apoio ao empreendedorismo social, a Sociedade formulou uma manifestação de interesse que a qualificou para o desempenho de funções de execução do Fundo para a Inovação Social, decisão que lhe foi notificada já em 2016.

Outros contactos e diligências estão em curso no sentido de captar novos instrumentos para a esfera da gestão da PME Investimentos.

Relativamente aos Fundos atualmente geridos, o Plano de Atividades para 2016 assume um cenário de continuidade e estabilidade dos princípios orientadores da estratégia e objetivos de atuação da Sociedade, sendo prioridades para este ano:

FINOVA

Linhas de Crédito sob gestão

Perspetiva-se que as Autoridades de Gestão do QREN emitam orientações para encerramento dos projetos comunitários referentes às Linhas de Crédito PME Investe I e II durante o primeiro trimestre de 2016. Neste contexto e como já tem vindo a acontecer, estas são as Linhas de Crédito em que a monitorização será mais intensa. Será dedicada especial atenção ao apuramento dos custos finais, garantindo a conformidade dos procedimentos que venham a ser exigidos neste processo.

Paralelamente, prosseguirão os trabalhos de reconciliação e identificação de financiamentos contratados que tenham sido integralmente liquidados e não apresentem valores de bonificações pendentes de regularização, por forma a procedermos ao apuramento final dos resultados dos correspondentes projetos.



A reavaliação em contínuo dos custos associados às Linhas de Crédito sob gestão será também uma das prioridades da Sociedade, tendo em vista assegurar a adequada capitalização do FINOVA e diagnosticar excedentes de recursos que possam ser realocados a outras iniciativas, numa ótica de otimização dos fundos públicos geridos.

A reconciliação da informação residente no sistema de informação e análise de inconsistências e falhas de comunicação por parte dos Bancos e Sociedades de Garantia Mútua continuará a ser uma prioridade para a equipa dedicada às Linhas de Crédito.

Paralelamente, serão promovidos esforços no sentido de melhorar a eficiência do sistema de reporte instituído com os Bancos e SGM e do acompanhamento da atividade do Fundo de Contragarantia Mútuo.

Continuará a promover-se um investimento contínuo no sistema de informação que suporta a gestão das Linhas de Créditos numa dupla perspetiva de melhoria dos mecanismos de controlo e ganhos de eficiência.

Entende-se como crucial a manutenção de um programa anual de auditorias a operações contratadas no âmbito das Linhas de Crédito geridas pela Sociedade, por forma a sinalizar junto das empresas e dos bancos ações de controlo tempestivas e eficazes por parte da entidade gestora.

O âmbito dos trabalhos a realizar e dimensão das amostras deverá ser anualmente definido pelo Conselho Geral do FINOVA.

Os trabalhos serão conduzidos sob a responsabilidade direta da PME Investimentos, com eventual recurso a subcontratação de serviços para tarefas de validação específicas, dado que a equipa das Linhas de Crédito não se encontra estruturada para assegurar, em toda a sua extensão, trabalhos desta natureza e dimensão.

No que respeita ao lançamento de novos produtos, será fundamental manter uma estrutura humana qualificada que participe na estruturação de novos instrumentos de carácter inovador, assegurando a prestação de um serviço de gestão profissional, eficiente e de qualidade. Neste âmbito, será preocupação assegurar um plano de formação contínuo que reforce as competências específicas existentes.

A qualidade de serviço e uma pronta capacidade de resposta perante os diferentes *stakeholders*, em todos os processos inerentes à gestão das Linhas de Crédito, continuará também a ser preocupação da Sociedade,

Capital de Risco

Tendo em consideração que o prazo limite para a aplicação dos recursos disponíveis nos Fundos de Capital de Risco e Linhas de Financiamento a BA, apoiados pelo FINOVA terminou em 2015, a prioridade da Sociedade passará por proceder ao encerramento dos projetos, em termos comunitários, em função dos procedimentos e instruções que receber dos Programas Operacionais financiadores.



Paralelamente, e no sentido de acompanhar as participações detidas pelo FINOVA, a PME Investimentos focalizará a sua atenção ao nível da aplicação dos montantes investidos nas empresas destinatárias, através da:

- Análise dos Relatórios de Acompanhamento periódicos bem como de informação contabilística dos Fundos / EV e das respetivas participadas;
- Participação em reuniões avulsas, visando o acompanhamento da evolução da atividade dos instrumentos financeiros e das suas carteiras de participações;
- Participação em Assembleia de Participantes dos Fundos.

FACCE

Em 2016, prevê-se a intensificação do acompanhamento das empresas do seu portfólio contribuindo para a valorização das empresas participadas, através de uma intervenção acionista conducente a uma melhoria contínua nas suas várias vertentes, nomeadamente, nas suas práticas operacionais e de governo, tendo em vista maximizar o valor acionista a obter em futuros desinvestimentos. Adicionalmente, ir-se-á promover contactos entre as empresas apoiadas, por forma a que possam beneficiar de sinergias e potenciar os seus resultados.

FSCR PME-IAPMEI

A PME Investimentos continuará a acompanhar a evolução das participações do FSCR PME-IAPMEI, bem como os desinvestimentos que possam vir a ocorrer, através de contactos regulares com os operadores de capital de risco.

Relativamente à participação no PVCi, a preocupação da Sociedade centrar-se-á no melhoramento do sistema de reporte, tanto ao nível dos novos investimentos do PVCi, por forma a acautelar a liquidez necessária para fazer face às chamadas de capital, bem como ao nível da carteira de participadas dos fundos investidos.

ATIVIDADES DE SUPORTE

Tendo como objetivo cumprir os compromissos assumidos perante os seus diversos *stakeholders*, pretende-se, em 2016, dar continuidade às atividades que têm vindo a ser desenvolvidas, nomeadamente:

- Divulgação contínua das atividades desenvolvidas ao abrigo dos programas comunitários e dos seus financiadores, na imprensa;
- Divulgação dos instrumentos financeiros geridos pela PME Investimentos em eventos cujo tema se relacione com as finalidades dos referidos instrumentos;



- Acompanhamento e incentivo às Entidades Gestoras dos FCR, das Entidades Veículo dos BA e das Instituições de Crédito para a promoção e divulgação dos apoios do FINOVA;
- Atualização permanente do *website*;
- Implementação de novo software de informação de gestão, que integrará toda a área de capital (incluindo FACCE e FSCR PME-IAPMEI), e que permitirá um melhoramento na gestão e disponibilização de toda a informação relevante;
- Em linha com o passado, durante o exercício de 2016, a Área Jurídica e de *Compliance* manterá o *focus* da sua atividade no aprofundamento, supervisão e controlo do cumprimento do normativo aplicável, incluindo as regulamentações internas, como o Código de Ética e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, e na preservação dos padrões éticos da Sociedade, bem como a revisão das referidas regulamentações internas;
- Prosseguir-se-á, assim, a identificação e avaliação de riscos associados ao desenvolvimento da atividade da Sociedade e a consolidação do acompanhamento técnico-jurídico de diversas matérias de relevo para a Sociedade e aprofundamento da assessoria jurídica a prestar às diversas áreas operacionais e ao Conselho de Administração, incluindo de forma preventiva, mediante a organização e prestação de formação adequada aos colaboradores da Sociedade nas áreas consideradas mais prementes.

I.3. Cumprimento das Orientações Legais

Objetivos de Gestão

Os objetivos de gestão e resultados a atingir no âmbito da atividade desenvolvida pela Sociedade são definidos pelos acionistas, em sede de aprovação do seu plano de atividades e orçamento anual.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2015 foi objeto de parecer de conformidade com as instruções para a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão e a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, emitido pelo Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado em 29 de setembro de 2015, o qual mereceu despachos de concordância do Senhor Secretário de Estado das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade.

Para efeitos de análise da performance alcançada, contrapõem-se indicadores de desempenho subjacentes ao orçamento aprovado para 2015 e os valores realizados neste ano:



INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de Desempenho		2015	
		Propostos	Realizados
Eficiência	Custos operacionais/EBITDA.	0,41	0,30
	Custos com pessoal/EBITDA.	0,19	0,16
	Taxa de variação dos custos com pessoal	2%	-6%
	Gastos gerais e administrativos/EBITDA.	0,16	0,10
	Taxa de variação de gastos gerais e administrativos	39%	-8%
Capacidade de endividamento	Dívida/capital próprio.	0,01	0,01
Rentabilidade e crescimento	EBITDA/receitas	0,72	0,78
	Taxa de crescimento das receitas	-8%	-6%
Remuneração do capital investido	Resultado líquido/capital investido	0,11	0,12

Não obstante a redução dos proveitos de exploração face a 2014, resultante de um menor volume de capitais sob gestão, todos os indicadores de eficiência e rentabilidade superaram o previsto.

Com maior impacto, destaca-se o comportamento dos gastos gerais e administrativos. De salientar que, ao nível do orçamento para 2015, esta rubrica incluía uma dotação de 200 mil euros para fazer face a gastos não operacionais e não recorrentes, associados à reorganização dos instrumentos financeiros públicos de apoio a PME, designadamente, despesas com o estudo e preparação da integração da PME Investimentos na Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.. Não tendo ocorrido quaisquer gastos desta natureza, a realidade é que se excluirmos estas despesas orçamentadas de carácter não corrente, mantém-se uma economia de custos face o previsto de 20% e uma redução de 8% face ao ano anterior.

Ao nível das despesas com pessoal, a performance foi igualmente mais positiva do que a prevista, dado que a recomposição do Conselho de Administração que se admitira ocorrer no início do ano, apenas se verificou no mês de julho, e ainda porque dois colaboradores deixaram a empresa, sem que tivessem sido substituídos.

Também no que respeita aos proveitos de exploração, há que relevar que, quer os rendimentos de aplicações financeiras, quer o valor das comissões de gestão cobradas aos Fundos ficaram aquém dos valores orçamentados.

O resultado apurado ascendeu a 5.897 mil euros, superando o previsto em cerca de 600 mil euros, proporcionando uma taxa de rentabilidade do capital investido de 12%, que superou ligeiramente o previsto.



Prazo médio de pagamento e atrasos nos pagamentos

A Sociedade não regista atrasos no pagamento de bens e serviços, cumprindo os prazos estipulados pelos seus fornecedores. O prazo médio de pagamentos reportado a 31 de dezembro de 2014 e 2015 registou a evolução constante do quadro seguinte.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PMP	2015	2014	Variação 2015/2014	
			Valor	%
Prazo (dias)	19	17	2	12%

Cumprimento de recomendações acionistas

Foi dado cumprimento às recomendações emitidas pelo acionista Direção-Geral do Tesouro na Assembleia Geral de Acionistas de aprovação de contas de 2015 no sentido de:

- Otimizar a estrutura de gastos operacionais, em linha com as metas definidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, através da contenção dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos;
- Dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, relativamente aos gastos com deslocações e comunicações;
- Apresentar informação relativa ao cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, integrada na análise de sustentabilidade da empresa, nos domínios económico, social e ambiental constante do Relatório do Governo Societário de forma estruturada de acordo com o modelo de aplicável, e,
- Desencadear todas as diligências necessárias para garantir a integral regularização das remunerações dos membros dos órgãos sociais respeitantes aos anos anteriores.

A redução das rubricas de custos identificadas, não só em termos de valor absoluto, mas também no seu peso relativo face ao total dos proveitos de exploração atesta do cumprimento destas recomendações, conforme evidenciado no mapa constante da página 41 do presente relatório.

Relativamente às remunerações dos anteriores membros dos órgãos sociais, na sequência da recomendação dos Acionistas, o Conselho de Administração diligenciou no sentido do levantamento das deliberações anteriores dos órgãos estatutários, incluindo da comissão de vencimentos que esteve em funções durante os mandatos anteriores e até à primeira metade de 2015, de correspondência do anterior Conselho de Administração a respeito desta questão, valores pagos, bem como tendo obtido aconselhamento jurídico.

O Relatório do Governo Societário relativo ao ano de 2015 foi estruturado de forma a dar cumprimento ao modelo de apresentação divulgado.

Remunerações



Através de Deliberação Unânime por Escrito datada de 1 de julho, os Acionistas procederam a uma alteração estatutária, acometendo à Assembleia Geral a competência para fixação das remunerações dos órgãos sociais, em detrimento da existência de uma Comissão de Vencimentos, tendo igualmente deliberado sobre as remunerações e demais benefícios e regalias dos membros dos órgãos sociais a vigorarem no mandato 2015-2017, em conformidade com as disposições do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável.

Nos quadros seguintes, indicam-se os valores das remunerações auferidas e outros benefícios concedidos aos membros dos órgãos sociais, referentes ao exercício de 2015.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após Reduções (4)=(1)-(2)+(3)
2012 - 2014	Presidente	IAPMEI / Miguel Jorge de Campos Cruz ⁽¹⁾	918	-	-	-	-
2012 - 2014	Secretário	DGTF / Mário José Alvarinho Carrega	573	-	-	-	-
2015 - 2017	Presidente	IAPMEI / Miguel Jorge de Campos Cruz	500	1.000	0	0	1.000
2015 - 2017	Secretário	DGTF / Mário José Alveirinho Carrega	350	350	35	0	315

(1) Renunciou à remuneração correspondente ao cargo desempenhado, sendo a mesma liquidada ao IAPMEI

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição em 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade	Pagadora [O/D]
2012 - 2014	Presidente não Executivo	José Albuquerque Epifânio da Franca	AG	10-02-2012	n.a.	-
2012 - 2014	Vice-Presidente	Carlos António Monteiro de Castro ⁽²⁾	AG	10-02-2012	n.a.	-
2015 - 2017	Presidente não Executivo	Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	DUE	01-07-2015	n.a.	-
2015 - 2017	Vogal	Gonçalo Oliveira Lage	DUE	01-07-2015	n.a.	-
2015 - 2017	Vogal	Bernardo Maya Múrias Afonso	DUE	01-07-2015	n.a.	-

(1) Indicar Resolução (R) / AG / DUE / Despacho (D)

OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem / Destino

(2) Nomeado em representação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças



Acumulação de Funções

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Albuquerque Epifânio da Franca	Portugal Capital Ventures, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
José Albuquerque Epifânio da Franca	Portugal Venture Capital Initiative	Administrador não Executivo	Público
José Albuquerque Epifânio da Franca	Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação	Membro	Público
José Albuquerque Epifânio da Franca	Fundação Ciência e Tecnologia	Membro Conselho Científico	Público
Carlos António Monteiro de Castro	Portugal Capital Ventures, S.A.	Membro do Conselho Geral de Supervisão	Público
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	Portugal Capital Ventures, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
Gonçalo Oliveira Lage	-	-	-
Bernardo Maya Múrias Afonso	-	-	-

Remunerações

Nome	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta €	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
José Albuquerque Epifânio da Franca	N	-	-	-
Carlos António Monteiro de Castro	N	-	6.117	-
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	Não auferem remuneração			
Gonçalo Oliveira Lage	S	C	3.663	1.465
Bernardo Maya Múrias Afonso	S	C	3.663	1.465

Nome	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa (**)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
José Albuquerque Epifânio da Franca	O Presidente do CA não auferem quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade					
Carlos António Monteiro de Castro	-	66.704	66.704	9.672	1.267	58.299
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	O Presidente do CA não auferem quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade					
Gonçalo Oliveira Lage	-	34.595	34.595	5.016	658	30.236
Bernardo Maya Múrias Afonso	-	34.595	34.595	5.016	658	30.236
Total	-	-	135.893	19.705	2.583	118.771

Em cumprimento do artigo 41º da Lei n.º 83-C/2013 e à semelhança dos anos anteriores, também em 2015 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de administração.



Benefícios Sociais

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
José Albuquerque Epifânio da Franca	O Presidente do CA não auferir quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade							
Carlos António Monteiro de Castro	10,78	949	Segurança Social	13.933	1.858	-	-	-
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	O Presidente do CA não auferir quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade							
Gonçalo Oliveira Lage	4,27	440	Segurança Social	7.181	1.034	-	-	-
Bernardo Maya Múrias Afonso	4,27	534	Segurança Social	7.181	1.034	-	-	-
Total	-	1.922	-	28.296	3.926	-	-	-

Os benefícios sociais concedidos aos membros executivos do Conselho de Administração observam as condições praticadas para os colaboradores da Sociedade.

Gastos com Comunicações Móveis

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Albuquerque Epifânio da Franca	O Presidente do CA não auferir quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade		
Carlos António Monteiro de Castro	120	772	-
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	O Presidente do CA não auferir quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade		
Gonçalo Oliveira Lage	80	188	-
Bernardo Maya Múrias Afonso	80	198	-

Encargos com Viaturas

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
José Albuquerque Epifânio da Franca	O Presidente do CA não auferir quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade								
Carlos António Monteiro de Castro	S	N	40.000	Aquisição	2008	-	-	-	-
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	O Presidente do CA não auferir quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade								
Gonçalo Oliveira Lage	S	N	40.000	Aquisição	2010	-	-	-	-
Bernardo Maya Múrias Afonso	S	N	39.950	Aquisição	2009	-	-	-	-

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou Outra



Gastos Anuais Associados com Viaturas

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viatura (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
José Albuquerque Epifânio da Franca		O Presidente do CA não auferiu quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade				
Carlos António Monteiro de Castro	-	1.147	328	6.093	221	-
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes		O Presidente do CA não auferiu quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade				
Gonçalo Oliveira Lage	366	1.462	592	1.574	283	-
Bernardo Maya Múrias Afonso	366	313	150	0	267	-

Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço

Nome	Gastos anuais associados a deslocações em serviço (€)					Gasto total com viagens [€]	
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras			
	[€]	[€]	[€]	[Identificar]	Valor [€]		
José Albuquerque Epifânio da Franca		O Presidente do CA não auferiu quaisquer remunerações, regalias ou compensações suportadas pela Sociedade					
Carlos António Monteiro de Castro	1.231	198	n.a.	-	-	1.429	
Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	320	540	n.a.	-	-	860	
Gonçalo Oliveira Lage	392	540	n.a.	-	-	932	
Bernardo Maya Múrias Afonso	112	0	n.a.	-	-	112	

CONSELHO FISCAL

Composição em 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal
			Forma ⁽¹⁾	Data	[€]
2012 - 2014	Presidente e ROC	Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC ⁽²⁾	AG	10-02-2012	975,00
2012 - 2014	Vogal	Mário Rui do Carmo Matos	AG	10-02-2012	803,00
2012 - 2014	Vogal	Maria João Dias Pessoa Araújo	AG	10-02-2012	803,00
2015 - 2017	Presidente ⁽³⁾	Diogo José Paredes Leite de Campos	DUE	01-07-2015	-
2015 - 2017	Vogal (ROC)	Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC ⁽²⁾	DUE	01-07-2015	1.137,50
2015 - 2017	Vogal	Maria João Dias Pessoa Araújo	DUE	01-07-2015	803,00

(1) Indicar AG / DUE / Despacho

(2) Representada por José Luís Guerreiro Nunes

(3) Cargo não remunerado

Remunerações

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Diogo José Paredes Leite de Campos	-	-	-	-
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC	14.138	0	0	14.138
Mário Rui do Carmo Matos	11.242	0	0	11.242
Maria João Dias Pessoa Araújo	11.242	1.124	225	10.343



Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data de contratação		Remuneração Anual (€)			
Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
BDO & Associados, SROC	29	1.122	23-05-2016	2015-2017	4.300,00 €	520,00 €		3.780,00 €

O Conselho de Administração deu cabal cumprimento às disposições aplicáveis em matéria de redução e suspensão de pagamento de remunerações dos membros órgãos sociais, auditor externo e trabalhadores.

A Sociedade não tem em vigor qualquer sistema de complemento de pensões de reforma.

Estatuto do Gestor Público

De acordo com o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, os membros do Conselho de Administração não utilizaram cartões de crédito e outros meios de pagamento para pagamento de despesas realizadas ao serviço da Sociedade e não foram reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas de representação pessoal.

Despesas não documentadas

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não foram realizadas despesas não documentadas.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

A PME Investimentos preparou e divulga na sua página na Internet o Relatório previsto no artigo 2.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, encontrando-se a implementação das medidas resultantes do mesmo dependentes do descongelamento de progressões salariais e de carreira no setor público empresarial.

Contratação pública

Atendendo a que PME Investimentos está abrangida pelo âmbito de aplicação subjetivo do Código dos Contratos Públicos, dando cumprimento ao disposto no Ofício n.º 1.730/10, de 25 de fevereiro e ao Despacho n.º 483/10, de 10 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, a aquisição de bens e serviços por parte da Sociedade respeita os princípios e procedimentos da contratação pública, nomeadamente as decorrentes das normas de contratação pública vigentes em 2015.



A PME Investimentos não praticou quaisquer atos ou celebrou quaisquer contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A PME Investimentos dá cumprimento à obrigação de preparação de um relatório anual de prevenção de riscos de corrupção prevista no Regime Jurídico do Setor Público Empresarial mediante a elaboração dos seus Relatórios de Gestão de Riscos e de *Compliance*, a cuja elaboração está obrigada nos termos da regulamentação que lhe é aplicável enquanto sociedade financeira.

Deve ser notado que, por força do dever de segredo a que a PME Investimentos está vinculada nos termos do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, que conflitua com o dever de divulgação do relatório em referência, a mesma não procede à respetiva divulgação, em conformidade com o disposto no número 6 do artigo 14.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Sistema Nacional de Compras Públicas

A PME Investimentos segue uma prática de racionalização, transparência e eficiência dos procedimentos e política de aprovisionamento de bens e serviços, não tendo em 2015 aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas ou a qualquer outra central de natureza análoga.

Frota Automóvel

O número de viaturas afetas à atividade da empresa atingiu um máximo de 13, em 2012, não tendo ocorrido qualquer aquisição de veículos desde então. Em 2015, a frota ao serviço da sociedade não registou alterações, mantendo-se em 9 viaturas.

Os gastos com a frota automóvel registaram em 2015 uma redução de 21% face ao ano anterior (- 10.578 euros). O facto de as viaturas se encontrarem integralmente amortizadas, foi determinante neste comportamento. Regista-se uma maior incidência de despesas de conservação, justificadas pela antiguidade das viaturas, enquanto que todas as restantes despesas relacionadas com a sua utilização (combustíveis, portagens, estacionamento e seguros) registaram uma redução de quase 20%.



DESPEAS COM FROTA AUTOMÓVEL

Unid: €

	2015	2014	2013
Combustíveis	11 174	13 009	14 444
Portagens	2 840	3 753	3 941
Estacionamentos	419	773	658
Manutenção e conservação (*)	18 949	13 650	14 159
Subtotal	33 382	31 185	33 202
Amortizações	0	11 444	50 788
Seguros	4 064	5 395	5 247
Imposto de circulação	1 554	1 554	1 564
Subtotal	5 618	18 393	57 599
Total	39 000	49 578	90 801
Nº de viaturas afetas ao serviço Sociedade	9,0	9,0	10,0

Redução de Gastos Operacionais

Em 2015, o volume de negócios registou uma redução de 6% face ao ano anterior, mas ainda assim foi possível conter o peso dos custos com pessoal e fornecimentos e serviços face ao volume de negócios ligeiramente abaixo dos 20,1% registados em 2014.

A Sociedade mantém uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos, generalizada a todas as despesas de natureza corrente, procurando salvaguardar os níveis de qualidade dos serviços prestados e do cumprimento das obrigações legais e regulamentares que lhe são impostas enquanto entidade gestora dos Fundos sob gestão.

Adicionalmente, em 2015, dois trabalhadores abandonaram os quadros da Sociedade, um deles com funções diretivas, sem que pudessem ter sido substituídos.

De acordo com o previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2015, particular atenção foi dada aos custos com deslocações/estadas e comunicações, que registaram reduções face ao ano anterior de 53 e 18%, respetivamente.



ANÁLISE DE GASTOS OPERACIONAIS

Unid: €

	2015		2014		2013		2012		2011		2010		Variação 2015/2014		Variação 2015/2010	
	Meta	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %		
(1) CMVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-
(2) FSE	1 200 000	795 724	864 453	629 525	641 384	846 182	1 990 585	- 68 729	-8%	-1 194 861	-60%					
(3) Gastos com o pessoal	1 415 000	1 297 256	1 384 916	1 494 775	1 275 790	1 585 977	1 760 871	- 87 660	-6%	- 463 615	-26%					
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	2 615 000	2 092 980	2 249 369	2 124 300	1 917 174	2 432 159	3 751 456	- 156 389	-7%	-1 658 476	-44%					
(5) Volume de Negócios (VN)	10 275 000	10 515 652	11 185 790	12 261 333	11 946 664	10 135 086	7 432 453	- 670 138	-6%	3 083 199	41%					
(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)	25,5%	19,9%	20,1%	17,3%	16,0%	24,0%	50,5%									
Lei OE 2015 - Art.º 61 n.º 3																
Deslocações/Estadas	em linha	17 914	37 906	11 912	15 457	15 593	19 573	- 19 992	-53%	- 1 659	-8%					
Ajudas de Custo	com 2014	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-					
Comunicações		30 050	36 564	33 945	34 595	34 223	33 955	- 6 514	-18%	- 3 905	-12%					
Número de Trabalhadores	24,0	23,3	27,0	28,6	27,1	27,4	n.a.	-3,7	-14%	n.a.	n.a.					
Nº Efetivos	26,0	24,8	28,0	29,9	29,3	31,4	n.a.	-3,2	-11%	n.a.	n.a.					
Nº Cargos de Direção	5,0	4,4	5,0	5,0	5,0	5,2	n.a.	-0,6	-12%	n.a.	n.a.					
Nº Trabalhadores / Cargos de Direção	4,8	5,3	5,4	5,7	5,4	5,3	n.a.	-0,1	-2%	n.a.	n.a.					
Viaturas																
Nº Viaturas	menor que	9	9	10	n.a.	n.a.	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.					
Gastos com viaturas	2014	39 000	38 134	40 013	n.a.	n.a.	n.a.	866	2%	n.a.	n.a.					

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

No decurso de 2015, a Sociedade não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas.

Divulgação de Informação

A Sociedade dá integral cumprimento aos deveres de divulgação de informação junto da Direção Geral do Tesouro e Finanças, encontrando-se disponível no portal das empresas do Setor Empresarial do Estado toda a informação requerida por aquela entidade.



INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	24-ago-15	
Caraterização da Empresa	S	9-mai-11	
Função de tutela e acionista	S	15-jan-16	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	9-nov-15	
- Estatuto remuneratório fixado	S	9-nov-15	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	9-nov-15	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	9-nov-15	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	9-nov-15	
Esforço Financeiro do Estado	S	5-nov-15	
Ficha síntese	S	6-nov-15	
Informação financeira histórica e atual	S	26-ago-15	
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	14-set-15	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	14-set-15	
- Outras transações	S	14-set-15	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	14-set-15	
Social	S	14-set-15	
Ambiental	S	14-set-15	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	14-set-15	
- Código de Ética	S	14-set-15	



Síntese

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Objetivo 1 - Lançamento, operacionalização e acompanhamento de instrumentos de política pública integrados nos fundos sob gestão	X			n.a.	
Objetivo 2 - Indicadores de desempenho	X				conforme relatado no ponto I.3, objetivos de gestão
Evolução do PMP a fornecedores	X			+ 2 dias	Cumprimento dos prazos acordados com os fornecedores
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			n.a.	
Recomendações do acionista na aprovação de contas					
Divulgação da análise de sustentabilidade da empresa, nos domínios económico, social e ambiental no Relatório do Governo Societário	X			n.a.	Conforme Capítulo VIII do Relatório de Governo Societário
Otimizar a estrutura de gastos operacionais, através da contenção dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos	X				conforme relatado no ponto I.3, redução de gastos operacionais
Dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, relativamente aos gastos com deslocações e comunicações	X				conforme relatado no ponto I.3, redução de gastos operacionais
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X			n.a.	
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			18.056	
Auditor Externo - redução e reversão remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-D/2014	X			520	
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			45.873	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-D/2014	X			n.a.	
Complemento de reforma - n.º 3 do artigo 78º da Lei n.º 82-B/2014					
Suspensão do pagamento de complemento de reforma, nos casos em que as empresas apresentem resultados líquidos negativos nos três últimos exercício (2015, 2014 e 2013)			X	n.a.	



CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
EGP - Artigo 32º					
Não utilização de cartões de crédito	X			n.a.	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			n.a.	
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do DL nº 133/2013					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X			n.a.	
Prevenção da Corrupção - nº 1 do artigo 46º do DL nº 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			n.a.	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a homens e mulheres	X			n.a.	
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X			n.a.	
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas			X		
Parque Automóvel					
Nº de Viaturas		X		+ 0%	conforme relatado no ponto
Gastos com Viaturas		X		+ 2%	l.3, frota automóvel
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 61.º da Lei nº 82-B/2014)	X				conforme relatado no ponto
					l.3, redução de gastos operacionais
Redução de trabalhadores (art.º 60 da Lei nº 82-B/2014)					
Nº de trabalhadores	X			-14%	Redução do nº médio de trabalhadores em 2015, face a 2014, de 3,7
Volume de Negócios / Nº de Trabalhadores	X			37.027	Aumento de 9%
Nº de cargos dirigentes	X			-12%	Redução do nº médio de trabalhadores em 2015, face a 2014, de 0,6



I.4. Situação económica e financeira

No exercício de 2015, a Sociedade registou um lucro de 5.897.140 euros, 14% acima dos 5.178.502 euros previstos.

As principais componentes de formação dos resultados encontram-se evidenciadas no quadro seguinte:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de resultados	Real 2015	Real 2014	Orçamento 2015	Variação 2015/2014		Variação Real/Orçamento	
				Valor	%	Valor	%
Juros e rendimentos similares	422.466	848.773	399.178	-426.307	-50%	23.288	6%
Rendimentos de serviços e comissões	9.847.728	10.071.741	9.630.000	-224.013	-2%	217.728	2%
Outros proveitos de exploração	245.513	279.549	246.000	-34.036	-12%	-487	0%
Total de Proveitos de Exploração	10.515.707	11.200.063	10.275.178	-684.356	-6%	240.529	2%
Custos com o pessoal	1.297.256	1.384.916	1.415.000	-87.660	-6%	-117.744	-8%
Outros gastos administrativos	795.724	864.453	1.200.000	-68.729	-8%	-404.276	-34%
Depreciações e amortizações	144.222	153.544	157.900	-9.322	-6%	-13.678	-9%
Outros custos	199.928	180.995	251.000	18.933	10%	-51.072	-20%
Total de Custos de Exploração	2.437.130	2.583.907	3.023.900	-146.777	-6%	-586.770	-19%
Margem de Exploração	8.078.577	8.616.156	7.251.278	-537.579	-6%	827.299	11%
Resultados de Valorização de Ativos	-209.837	-326.740	-260.000	116.903	-36%	50.163	-19%
Resultados de Venda de Ativos	20	865.203	0	-865.183	-	20	-
Impostos sobre Lucros	1.971.620	2.264.077	1.812.776	-292.457	-13%	158.844	9%
Resultado líquido do exercício	5.897.140	6.890.542	5.178.502	-993.402	-14%	718.638	14%

Proveitos de exploração

Num total de 10.515.707 euros, os proveitos de exploração encontram-se 2% acima dos valores orçamentados e representam um decréscimo de 6% quando comparados com os registados em 2014.





Efetivamente, em 2015, os proveitos de exploração da Sociedade foram afetados desfavoravelmente por dois fatores que, aliás, já se antecipavam aquando da preparação do orçamento anual.

Com maior expressão, a tendência de descida registada nas taxas de juro de mercado que foi a principal responsável por uma quebra de cerca de 50% dos juros e proveitos equiparados, face ao ano anterior.

Em todo o caso, os juros e proveitos equiparados registam um desvio favorável de 6% face ao orçamento, com a taxa média das aplicações a ascender a 1,043%, 4 pontos base acima do previsto, mas quase 1% abaixo da taxa de remuneração auferida no ano anterior.

Também nas comissões de gestão era expectável uma diminuição de proveitos, resultante da redução dos capitais sob gestão, nomeadamente, do FINOVA. No entanto e porque estas reduções de capital se estão a processar a um ritmo mais lento do que o previsto, as comissões de gestão ascendem a 9.847.728 euros, cerca de 218 mil euros acima do orçamentado (+2%).

A rubrica de outros proveitos, incluindo apenas faturação a empresas participadas do FACCE que respeita fundamentalmente a faturação a empresas participadas do FACCE, encontra-se de acordo com o valor orçamentado, com um total de 245.513 euros, registando um decréscimo de 12% face ao ano anterior, que era expectável.

Custos de exploração

Os custos de exploração cifraram-se em 2.437.130 euros, 19% abaixo do valor orçamentado e representando um decréscimo de 6% face ao anterior.



Os custos com pessoal, totalizando 1.297.256 euros, são inferiores em 6% aos valores registados em 2014 e encontram-se 8% abaixo do orçamento (-118 mil euros), desvio justificado fundamentalmente pelo facto da recomposição do Conselho de Administração



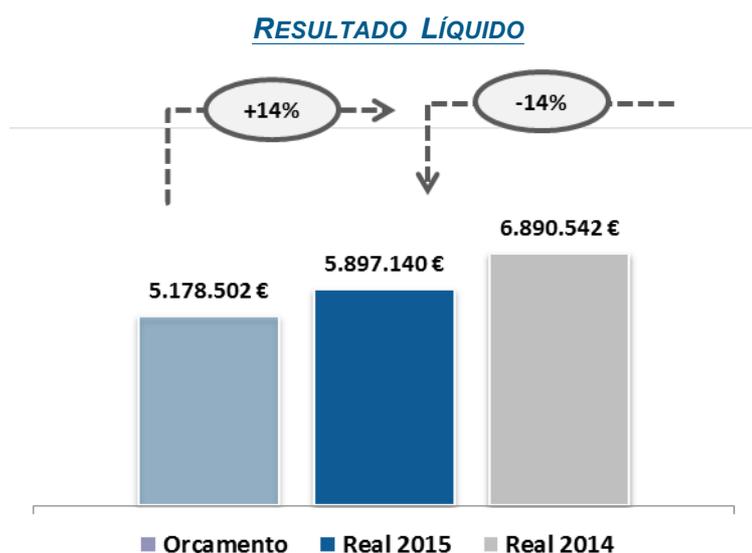
prevista para o início do ano só ter ocorrido no mês de julho e com custos inferiores aos que haviam sido orçamentados. De salientar também que as remunerações do pessoal registam igualmente reduções de 12 e 5% face ao ano anterior e orçamento, respetivamente, em função da redução do nº de efetivos.

Os custos com fornecimentos e serviços externos, com um valor global de 795.724 euros, registam um decréscimo de 8% face a 2014 e um desvio favorável face ao orçamento de cerca de 400 mil euros. Se excluirmos as despesas de caráter não corrente orçamentadas, mantém-se uma economia de custos face o previsto, neste caso de 20%, correspondentes a 201 mil euros. A generalidade destes custos regista um valor de realização abaixo do orçamentado, evidenciando o esforço realizado para melhorar os níveis de eficiência da atividade desenvolvida..

A rubrica de outros custos integra 38 mil euros de emolumentos referentes à análise de contas debitados pelo Tribunal de Contas no mês de julho. Sendo a primeira vez que tal ocorre, estas despesas não haviam sido orçamentadas, pelo que, estes custos que, por regra, respeitam essencialmente a IVA suportado e acompanham o comportamento dos serviços e fornecimentos externos afastam-se da evolução dos mesmos, com uma economia face ao orçamentado de apenas 20%.

Outros resultados

O resultado líquido apurado incorpora ainda os Resultados de Valorização de Ativos que refletem um reforço de 209.837 euros de provisões para devedores, de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal, 36% abaixo do registado em 2014 e inferior aos valores orçamentados, em que se assumira um reforço de 260.000 euros.





Fluxos de caixa

Os fluxos financeiros acompanharam o comportamento dos proveitos e custos, com o apuramento de um saldo de exploração de 6.081.716 euros, cerca de 650 mil euros superior ao previsto.

Os pagamentos de investimento em ativos fixos ascenderam a 82.609 euros, correspondendo a 69% do valor previsto.

A liquidez a 31 de dezembro de 2015 ascendia a 40 milhões de euros, apresentando um desvio negativo face ao previsto de 2 milhões de euros, fundamentalmente em resultado da distribuição de dividendos.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

€

Demonstração de fluxos de caixa	Real 2015	Orçamento 2015	Variação Real/Orçamento	
			Valor	%
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Juros e comissões	10.755.673	10.668.078	87.595	1%
Pagamentos a pessoal e fornecedores	-2.240.567	-2.860.000	619.433	-22%
Outros resultados	-392.884	-424.800	31.916	-8%
Impostos sobre lucros	-2.040.506	-1.949.000	-91.506	5%
Total	6.081.716	5.434.278	647.438	12%
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de activos fixos	-82.609	-120.000	37.391	-31%
Dividendos distribuídos	-2.756.217	0	-2.756.217	-
Total	-2.838.826	-120.000	37.391	2266%
Variação de Liquidez	3.242.890	5.314.278	-2.071.388	-39%
Liquidez no início do período	36.782.182	36.784.000	-1.818	0%
Liquidez no fim do período	40.025.072	42.098.278	-2.073.206	-5%

Estrutura Patrimonial

Com um ativo líquido da ordem dos 47,7 milhões de euros, em que a liquidez representa 84% do total, a estrutura financeira mantém-se bastante sólida, com um nível de endividamento correspondente a cerca de 1% do ativo.

Os desvios mais significativos face ao orçamento refletem o impacto da distribuição de dividendos, ao nível dos capitais próprios e das aplicações em instituições de créditos, bem como o aumento do cash-flow gerado face ao previsto.



BALANÇO

Balanço	Real 2015	Orçamento 2015	Variação Real/Orçamento	
			Valor	%
€				
Activo				
Aplicações em instituições de crédito	40.041.314	42.118.278	-2.076.964	-5%
Ativos fixos	2.563.947	2.564.100	-153	0%
Investimentos financeiros	2.298.321	2.298.000	321	0%
Outros activos	2.777.398	2.692.104	85.294	3%
Total do activo	47.680.980	49.672.482	-1.991.502	-4%
Passivo				
Provisões	26	0	26	0%
Outros passivos	455.881	410.980	44.901	11%
Total do Passivo	455.907	410.980	44.927	11%
Capital próprio				
Capital	23.228.000	23.228.000	0	0%
Outras reservas e resultados transitados	18.099.933	20.855.000	-2.755.067	-13%
Resultado do exercício	5.897.140	5.178.502	718.638	14%
Total do capital próprio	47.225.073	49.261.502	-2.036.429	-4%
Total do passivo e do capital próprio	47.680.980	49.672.482	-1.991.502	-4%

I.5. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento a todas as instituições que colaboraram com a Sociedade no decurso do ano de 2015, nomeadamente aos Acionistas, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral, pela disponibilidade e colaboração prestada, e às entidades participantes e membros dos órgãos sociais dos fundos geridos pela confiança e cooperação manifestadas, bem como aos colaboradores da Sociedade, pelo empenho e elevado profissionalismo evidenciados no desempenho das suas funções.

I.6. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação para o lucro do exercício de 2015, no valor de 5.897.139,68 euros:

Para Reserva Legal	589.713,97 €
Para Dividendos	2.948.569,84 €
Para Reservas Livres	2.358.855,87 €



Lisboa, 31 de maio de 2016

O Conselho de Administração

Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes

Gonçalo Oliveira Lage



II DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Gonçalo Oliveira Lage

II.3. Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2015

	Notas	2015	2014
(em euros)			
Juros e rendimentos similares	16	422 466,15	848 773,41
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		422 466,15	848 773,41
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	17	9 847 727,63	10 071 740,77
Encargos com serviços e comissões	17	3 128,17	4 699,62
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através dos resultados		-	-
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	18	-	121 967,02
Resultados de reavaliação cambial	19	-	- 9,55
Resultados de alienação de outros ativos	20	20,33	743 234,24
Outros resultados de exploração	21	48 713,09	103 267,91
Produto bancário		10 315 799,03	11 884 274,18
Custos com o pessoal	22	1 297 256,43	1 384 915,69
Gastos gerais administrativos	23	795 723,63	864 452,76
Amortizações do exercício	8, 9	144 222,44	153 544,14
Provisões líquidas de reposições e anulações	12	- 27,82	24,11
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	12	209 864,31	326 718,55
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de impostos		7 868 760,04	9 154 618,93
Impostos			
Correntes		1 971 613,27	2 264 082,67
Diferidos	10	7,09	- 5,54
Resultados após impostos		5 897 139,68	6 890 541,80

O Responsável da Contabilidade

O Conselho de Administração

Sónia Isabel de Matos Timóteo

Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes

Gonçalo Oliveira Lage



II.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em euros)

	2015	2014
Atividades Operacionais		
Juros e comissões recebidos	10 755 673,08	11 573 237,09
Juros e comissões pagos	- 3 110,44	- 4 844,92
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-2 240 566,86	-2 358 868,53
Outros resultados operacionais	- 389 773,09	- 411 028,38
Pagamento / recebimento de impostos sobre os lucros	-2 040 506,28	-2 674 962,82
	<u>6 081 716,41</u>	<u>6 123 532,44</u>
Atividades de Investimento		
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	- 82 634,39	- 97 182,20
Vendas de ativos tangíveis	25,00	-
	<u>- 82 609,39</u>	<u>- 97 182,20</u>
Atividades de Financiamento		
Distribuição de dividendos	-2 756 216,72	-
Aquisição de ações próprias	-	-4 272 000,00
	<u>-2 756 216,72</u>	<u>-4 272 000,00</u>
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	<u>3 242 890,30</u>	<u>1 754 350,24</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	<u>36 782 181,74</u>	<u>35 027 831,50</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>40 025 072,04</u>	<u>36 782 181,74</u>

	2015	2014
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 250,00	3 250,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	219 580,38	293 691,59
Aplicações em instituições de crédito	39 818 484,07	36 504 591,39
Rendimentos a receber		
De depósitos à ordem	-	- 1,51
De depósitos a prazo	- 16 242,41	- 19 349,73
Total	<u>40 025 072,04</u>	<u>36 782 181,74</u>



II.5 Demonstração das Alterações do Capital Próprio nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em euros)

Demonstração de alterações no capital próprio	Capital	Ações próprias	Reserva legal	Reserva especial	Reservas de Reavaliação	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo inicial em 1.Jan.2014	27 500 000,00	-	2 431 414,24	71 715,25	481 461,26	5 139 796,65	6 322 682,10	41 947 069,50
Aquisição de ações próprias	-	-4 272 000,00	4 272 000,00	-	-	-4 272 000,00	-	-4 272 000,00
Variações do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-80 060,87	-	-	-80 060,87
Ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-121 967,09	-	-	-121 967,09
Ganhos na alienação de investimentos em associadas	-	-	-	-	-279 433,30	-	-	-279 433,30
Aplicação dos resultados de 2013	-	-	632 268,21	-	-	5 690 413,89	-6 322 682,10	-
Resultado do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	6 890 541,80	6 890 541,80
Saldo final em 31.Dez.2014	27 500 000,00	-4 272 000,00	7 335 682,45	71 715,25	- 0,00	6 558 210,54	6 890 541,80	44 084 150,04
Aplicação dos resultados de 2014	-	-	689.054,18	-	-	3.445.270,90	-6 890 541,80	-2 756 216,72
Resultado do exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	5 897 139,68	5 897 139,68
Saldo final em 31.Dez.2015	27 500 000,00	-4 272 000,00	8 024 736,63	71 715,25	- 0,00	10 003 481,44	5 897 139,68	47 225 073,00



II.6 Demonstração de Rendimento Integral nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	(em euros)	
	2015	2014
Resultado Líquido do Período	5 897 139,68	6 890 541,80
Items que serão reclassificados para o resultado líquido		
Variação de Justo Valor de Ativos Disponíveis para Venda	-	- 80 060,87
Ganhos na Alienação de Ativos Disponíveis para Venda	-	- 121 967,09
Ganhos na Alienação de Investimentos em Associadas	-	- 279 433,30
	<u>-</u>	<u>- 481 461,26</u>
Total de Rendimento Integral do Período	<u>5 897 139,68</u>	<u>6 409 080,54</u>



II.7 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015

0. Introdução

A Sociedade foi constituída em 1989, sob a forma de sociedade anónima, com a denominação de SULPEDIP – Sociedade para o Desenvolvimento Industrial, S.A., com sede em Lisboa, tendo em 1998 alterado a sua denominação para PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A..

O seu objeto social consiste na realização de operações de natureza financeira e na prestação de serviços conexos, que visem fundamentalmente a melhoria das condições de financiamento de entidades do setor não financeiro, de forma a impulsionar o investimento, o desenvolvimento e a reestruturação empresarial.

No desenvolvimento da sua atividade, a Sociedade dedica-se, especialmente, às seguintes operações:

- consultoria de empresas em matéria de estrutura de capital, estratégia empresarial, comercial e tecnológica, bem como consultoria e serviços no domínio da fusão ou compra de empresas;
- administração de fundos de investimento fechados, bem como outros previstos em leis especiais;
- gestão e tomada de participações no capital das sociedades, promovendo o lançamento de novas empresas e a recuperação e revitalização de outras.

1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais da PME Investimentos foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº1/2005, de 21 de fevereiro e nas Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, exceto quanto às seguintes matérias:

- valorimetria e provisionamento dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), ativos que estão sujeitos à constituição de provisões para riscos específicos de crédito e para riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de fevereiro (Nota 2.3);
- eliminação da opção do justo valor para a valorização de ativos tangíveis.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da PME Investimentos em 31 de maio de 2016 e irão ser apresentadas para aprovação da Assembleia Geral.



2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

2.1 Especialização dos Exercícios

Os custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os juros vencidos e não cobrados são desreconhecidos três meses após a data do seu vencimento, conforme disposto na Instrução nº 6/2005 do Banco de Portugal. Os dividendos são reconhecidos quando são atribuídos.

2.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, à data do balanço, com base nas taxas de câmbio divulgadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio apuradas nesta conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados.

2.3 Crédito e contas a receber

De acordo com o estabelecido no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, os créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) são ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiros, bens e serviços realizados no âmbito da atividade da instituição.

No caso da PME Investimentos, estas rubricas incluem essencialmente saldos a receber por prestação de serviços e vendas de participações com pagamento a prazo.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu valor nominal e subsequentemente são objeto de correção de valor, mediante a constituição de provisões regulamentares, de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

Os valores de capital que se encontrem vencidos são transferidos para crédito vencido, incluído na rubrica de balanço “Crédito a clientes”, em conformidade com o estabelecido na Instrução nº 6/2005 do Banco de Portugal.

2.4 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, relativamente às quais exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, direta ou indiretamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em filiais e associadas encontram-se mensurados pelo método de equivalência patrimonial. A proporção detida nos resultados gerados pelas associadas é reconhecida anualmente



nos resultados da Sociedade; enquanto a proporção detida nas restantes variações verificadas nos capitais próprios das associadas é reconhecida diretamente em capitais próprios da Sociedade, em conta de reserva de reavaliação.

É efetuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em investimentos em filiais e associadas em cada data de referência das demonstrações financeiras.

2.5 Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

São classificados nesta rubrica, os derivados correspondentes a contratos de opções e futuros consignados nos acordos parassociais que regulam as operações de capital de risco concretizadas pela Sociedade e os instrumentos de dívida com um ou mais derivados implícitos.

Estes ativos e passivos são reconhecidos na data de contratação e registados pelo seu justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente são reconhecidos em resultados do exercício.

Os derivados com justo valor positivo são incluídos na rubrica de ativos financeiros. Os derivados com justo valor negativo são incluídos na rubrica de passivos financeiros.

O justo valor dos contratos de opções e futuros associados a operações de capital de risco é estimado com base em técnicas de valorização, nomeadamente a dos *cash-flows* descontados, em que os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as condições expressas nos acordos parassociais e a taxa de atualização utilizada integra as expectativas existentes quanto ao grau de risco associado ao cumprimento dos mesmos.

2.6 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital cuja aquisição e detenção, não têm como objetivo a negociação no curto prazo.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na data de contratação e registados pelo justo valor, exceto aqueles em que o justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, situação em que permanecem registados ao custo histórico.

Os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente de ativos financeiros disponíveis para venda são refletidos em rubrica específica de capital próprio até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual são transferidos para resultados.

2.7 Imparidade em ativos financeiros

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, de acordo com as disposições relevantes da Norma Internacional de Contabilidade 39, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal.

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo ou grupo de ativos.

No caso dos investimentos em filiais e associadas e nos ativos financeiros disponíveis para venda, tratando-se de instrumentos de capital próprio, considera-se que são evidência de imparidade a



desvalorização continuada ou de valor significativo do ativo, bem como a existência de significativas dificuldades financeiras da associada / participada e a probabilidade de entrada em processo de reorganização financeira ou de falência.

Quando existe evidência de perdas por imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, estas perdas são reconhecidas em resultados. No caso dos ativos financeiros disponíveis para venda registados ao justo valor, as perdas potenciais acumuladas que se encontrem registadas na reserva de reavaliação de justo valor são transferidas para resultados.

Caso num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade em investimentos em filiais e associadas, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a ativos disponíveis para venda, não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reconhecidas na reserva de justo valor.

2.8 Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são valorizados ao custo histórico, deduzido de subsequentes depreciações.

Os ativos tangíveis são depreciados numa base linear, pelo método das quotas constantes, utilizado as taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro, que se consideram adequadas face à vida útil estimada dos bens.

As despesas de investimento em obras realizadas em imóveis arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada.

	Anos
Imóveis de serviço próprio	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3
Outros ativos tangíveis	4 a 10

2.9 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que correspondem essencialmente a *software*, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações. As depreciações são registadas numa base linear, de acordo com a depreciação calculada segundo o método das quotas constantes, utilizando as taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro, que se consideram adequadas face à vida útil estimada do software (3 anos).



2.10 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar as responsabilidades à data do Balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a sua hipótese de concretização seja remota.

Adicionalmente, a Sociedade regista no Passivo a provisão para riscos gerais de crédito, conforme previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

2.11 Benefícios de empregados

A Sociedade não assume responsabilidades com benefícios dos trabalhadores complementares ao regime geral da Segurança Social.

2.12 Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e à correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Sociedade estão, na generalidade dos casos, sujeitas a correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercido a que respeitam (dez anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2012 a 2015 encontram-se ainda pendentes de revisão pelas autoridades fiscais. A Administração da Sociedade entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações fiscais de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

A Sociedade regista como impostos diferidos passivos e ativos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar e a recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados com impostos diferidos ativos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, exceto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido refletidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de ativos financeiros disponíveis para



venda. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.13 Estimativas e suposições na aplicação de políticas contábilísticas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela gestão, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, créditos e custos.

- Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos
Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização tal como descrito nas Notas 2.5, 2.6 e 2.7. Como tal, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos à data do balanço, sendo que os valores futuros efetivamente realizados poderão diferir das estimativas efetuadas.
- Impostos
O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa e a saldos à ordem e depósitos a prazo junto de instituições de crédito.

2.15 Alterações de políticas contábilísticas

2.15.1 Alterações voluntárias de políticas contábilísticas

Durante o exercício de 2015 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contábilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

2.15.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015

- Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014) - Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b)



coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

- Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014) - Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos - As emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
 - IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”) No contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
 - IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13 - As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

2.15.3 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016

- Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014): Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição: As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente: As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do



- reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
- IFRS 8 Segmentos Operacionais: As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
 - IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização: As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
 - IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência: As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
 - IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização: As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
 - IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014): As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.
 - Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015): A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.
 - Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)
Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas: As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para



alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento *Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente.

Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.

- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro: As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
- IAS 19 Benefícios dos Empregados: As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.
- Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)
 - As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.
- Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)
 - As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.



3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

	(em euros)	
	2015	2014
Caixa		
Em euros	3 250,00	3 250,00
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	<u>3 250,00</u>	<u>3 250,00</u>

4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

	(em euros)	
	2015	2014
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país	219 580,38	293 690,08
	<u>219 580,38</u>	<u>293 690,08</u>
Rendimentos a receber		
De depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país	-	1,51
	<u>-</u>	<u>1,51</u>
Total	<u>219 580,38</u>	<u>293 691,59</u>

5. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda integram participações financeiras detidas em empresas e encontram-se mensurados ao justo valor, exceto quando se trate de instrumentos de capital próprio para os quais não é possível determinar com fiabilidade o respetivo justo valor.

As variações de justo valor são reconhecidas em capitais próprios na respetiva rubrica, e em caso de imparidade objetiva, as respetivas perdas são registadas em resultados.

No decurso de 2015, esta rubrica não registou variações.

	(em euros)				
	Saldo Inicial em 31.Dez.2014	Aquisições / Reforços	Alienações / Reduções	Variação do Justo Valor	Saldo Final em 31.Dez.2015
Títulos emitidos por residentes					
Instrumentos de capital					
Valorizados ao custo					
Valor antes de provisões para imparidade acumulada	2 298 321,10	-	-	-	2 298 321,10
Outros	-	-	-	-	-
	<u>2 298 321,10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 298 321,10</u>
Provisões para imparidade acumuladas	-	-	-	-	-
	<u>2 298 321,10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 298 321,10</u>



À data de 31 de dezembro de 2015, a carteira de ativos financeiros detidos para venda apresentava a seguinte composição:

(em euros)

Instrumentos de capital próprio disponíveis para venda	Quantidade	% de Participação	Valor Nominal Unitário	Custo de Aquisição em 31.Dez.2015
Unidades de Participação				
Portugal Capital Ventures, S.A.	369 505	4,6%	1 847 525,00	2 298 321,10
				2 298 321,10

6. Aplicações em instituições de crédito

(em euros)

	2015	2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos a prazo	39 802 241,66	36 485 241,66
Rendimentos a receber		
De depósitos a prazo	16 242,41	19 349,73
Total	39 818 484,07	36 504 591,39
Provisões para imparidade de aplicações em instituições de crédito	-	-

(em euros)

	2015	2014
Duração residual		
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	39 818 484,05	36 504 591,39
De 1 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	39 818 484,05	36 504 591,39

7. Crédito a clientes

Esta rubrica inclui valores a receber por prestação de serviços e vendas de participações com pagamento a prazo.



(em euros)

	2015	2014
Devedores e outras aplicações		
Devedores por prestação de serviços	3 437 541,24	3 344 988,88
Devedores por venda de participações	1 030 299,25	1 030 299,25
Devedores diversos	8 756,31	8 756,31
	<u>4 476 596,80</u>	<u>4 384 044,44</u>
Juros vencidos a regularizar de devedores por venda de participações	79 985,44	79 985,44
Total	<u>4 556 582,24</u>	<u>4 464 029,88</u>
Provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido	-2 059 510,68	-1 853 249,80
	<u>2 497 071,56</u>	<u>2 610 780,08</u>
Vencido	4 556 582,24	4 464 029,88

8. Outros ativos tangíveis

(em euros)

Contas	Saldo em 31.Dez.2014		Aumentos		Transferências		Amortizações do exercício	Alienações e abates (Líquido)	Valor líquido em 31.Dez.2015
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Imobilizado	Amortizações			
Outros ativos tangíveis									
Imóveis de serviço próprio	2 726 627,65	- 436 404,16	-	-	-	-	- 54 532,52	-	2 235 690,97
Obras em imóveis arrendados	137 971,76	- 16 661,42	-	-	-	-	- 2 759,44	-	118 550,90
Equipamento	1 250 234,24	-1 137 767,37	35 380,60	-	70 935,06	-	- 48 316,39	-	170 466,14
	<u>4 114 833,65</u>	<u>-1 590 832,95</u>	<u>35 380,60</u>	<u>-</u>	<u>70 935,06</u>	<u>-</u>	<u>- 105 608,35</u>	<u>-</u>	<u>2 524 708,01</u>
Imobilizado em curso									
Imóveis	-	-	3 181,14	-	-3 181,14	-	-	-	-
Equipamento	-	-	68 366,84	-	-67 753,92	-	-	-	612,92
	-	-	<u>71 547,98</u>	<u>-</u>	<u>- 70 935,06</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>612,92</u>
	<u>4 114 833,65</u>	<u>-1 590 832,95</u>	<u>106 928,58</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>- 105 608,35</u>	<u>-</u>	<u>2 525 320,93</u>

9. Ativos intangíveis

(em euros)

Contas	Saldo em 31.Dez.2014		Aumentos		Transferências		Amortizações do exercício	Alienações e abates (Líquido)	Valor líquido em 31.Dez.2015
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Imobilizado	Amortizações			
Ativos intangíveis									
Sistemas de tratamento automático de dados	129 788,80	- 52 548,96	-	-	-	-	- 38 614,09	-	38 625,75
	<u>129 788,80</u>	<u>- 52 548,96</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>- 38 614,09</u>	<u>-</u>	<u>38 625,75</u>

10. Impostos sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos sobre o rendimento têm a seguinte composição:



	(em euros)	
	2015	2014
Ativos por impostos correntes IRC a recuperar	248 949,11	180 056,10
Ativos por impostos diferidos	6,68	13,77

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos é o seguinte:

	(em euros)	
	2015	2014
Impostos diferidos		
Ativos	<u>6,68</u>	<u>13,77</u>
	6,68	13,77
Registados por contrapartida de:		
Resultados transitados	13,77	8,23
Imposto diferido	<u>- 7,09</u>	<u>5,54</u>
	6,68	13,77

11. Outros ativos

	(em euros)	
	2015	2014
Devedores e outras aplicações		
Devedores por prestação de serviços	28 976,93	31 208,71
Devedores diversos	-	3 428,33
	<u>28 976,93</u>	<u>34 637,04</u>
Rendimentos a receber		
Outros rendimentos a receber	1 317,57	-
Despesas com encargo diferido	27 101,88	24 397,91
Total	<u>57 396,38</u>	<u>59 034,95</u>
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	- 26 025,97	- 22 422,54
	<u>31 370,41</u>	<u>36 612,41</u>



12. Imparidade e provisões

No decurso de 2015, estas rubricas registaram as seguintes variações:

	(em euros)	
	2015	2014
Provisões para imparidade acumulada		
Ativos financeiros detidos para venda (Nota 5)	-	-
Provisões acumuladas		
Para crédito de cobrança duvidosa	26 025,97	22 422,54
Para crédito vencido	2 059 510,68	1 853 249,80
	<u>2 085 536,65</u>	<u>1 875 672,34</u>
Provisões		
Provisões para riscos gerais de crédito	26,19	54,01
	<u>26,19</u>	<u>54,01</u>

A rubrica de Provisões inclui uma provisão para riscos gerais de crédito, correspondente a 1% sobre os saldos não vencidos de devedores e outras aplicações, conforme disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

13. Outros passivos

	(em euros)	
	2015	2014
Fornecedores	101 144,21	90 602,29
Setor publico administrativo - Imposto sobre o valor acrescentado	7 558,42	8 191,63
Setor publico administrativo - Retenções de impostos	128 580,48	125 165,55
Setor publico administrativo - Contribuições para a segurança social	30 677,61	26 682,23
Setor publico administrativo - Sobretaxa extraordinária	1 316,00	1 138,00
Encargos a pagar de custos com o pessoal	165 840,46	167 593,32
Encargos a pagar de gastos gerais administrativos	14 601,25	18 036,88
Outros encargos a pagar	6 162,37	6 943,03
	<u>455 880,80</u>	<u>444 352,93</u>

14. Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2015, o capital da Sociedade encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 5.500.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (art.º 97º do Decreto-Lei nº 282/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva anual seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.



Em 2015, a aplicação de resultados da PME Investimentos referentes ao exercício de 2014 foi a seguinte (em euros):

• Para reserva legal	689.054,18 €
• Para resultados transitados	3.445.270,90 €
• Distribuição de dividendos	2.756.216,72 €

O capital próprio da Sociedade apresenta a seguinte composição:

	(em euros)	
	2015	2014
Capital	27 500 000,00	27 500 000,00
Ações próprias	-4 272 000,00	-4 272 000,00
Reserva legal	8 024 736,63	7 335 682,45
Reserva especial	71 715,25	71 715,25
Resultados transitados	10 003 481,44	6 558 210,54
Resultado do exercício	5 897 139,68	6 890 541,80
Total do Capital Próprio	47 225 073,00	44 084 150,04

15. Contas extrapatrimoniais

	(em euros)	
	2015	2014
Garantias prestadas		
Garantias e avales		
Residentes	14 241,66	14 241,66
Garantias reais		
Ativos dados em garantia	14 241,66	14 241,66
Garantias reais		
Ativos recebidos em garantia	1 224 000,00	1 224 000,00
Responsabilidade por prestação de serviços		
Valores administrados pela instituição (Nota 32)	610 156 924,30	701 619 095,72
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao Ativo	74 882,91	78 592,59

À data de 31 de dezembro de 2015, a PME Investimentos tem registada uma garantia prestada a favor da Administração Tributária no valor de 14.241,66 euros, referente a um processo de reversão fiscal contra um ex-representante da Sociedade no Conselho de Administração de uma participada de um dos fundos de capital de risco que estiveram no passado sob a sua gestão. Não é expectável que a mesma venha a ser acionada.



16. Juros e rendimentos similares

	(em euros)	
	2015	2014
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	1,51
Aplicações em instituições de crédito	413 256,16	757 566,94
Crédito a clientes	9 209,99	91 204,96
	<u>422 466,15</u>	<u>848 773,41</u>

17. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

	(em euros)	
	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões por administração de valores	9 847 727,63	10 071 740,77
	<u>9 847 727,63</u>	<u>10 071 740,77</u>
Encargos com serviços e comissões		
Serviços de terceiros	2 865,99	4 377,10
Outras comissões	262,18	322,52
	<u>3 128,17</u>	<u>4 699,62</u>

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, em 31 de dezembro de 2015, a PME Investimentos é entidade gestora de 3 Fundos: Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI, FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação e Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (FACCE).

18. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

	(em euros)	
	2015	2014
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	-	121 967,02
	<u>-</u>	<u>121 967,02</u>

Os resultados apurados em 2014 respeitam à venda da totalidade das unidades de participação detidas nos FCR Portugal Ventures Global 2 e Central FRIE e correspondem a uma reclassificação do valor da correspondente reserva de reavaliação, à data da transação.



19. Resultados de reavaliação cambial

	(em euros)	
	2015	2014
Resultados de reavaliação cambial		
Ganhos em diferenças cambiais	-	4,36
Perdas em diferenças cambiais	-	13,91
	<u>-</u>	<u>- 9,55</u>

No exercício de 2015 não se realizaram transacções em moeda estrangeira.

20. Resultados de outros ativos

	(em euros)	
	2015	2014
Resultados de alienação de outros ativos		
Ganhos de investimentos em associadas	-	743 234,24
Ganhos em ativos tangíveis	20,33	-
	<u>20,33</u>	<u>743 234,24</u>

21. Outros resultados de exploração

	(em euros)	
	2015	2014
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Prestação de serviços	245 457,83	265 275,88
Reembolso de despesas	0,56	6 782,50
Recuperação de juros de crédito vencido	-	0,50
Outros ganhos	54,91	7 490,23
	<u>245 513,30</u>	<u>279 549,11</u>
Outros encargos e gastos operacionais		
Quotizações	11 795,00	13 110,00
Contribuição para Fundo de Resolução	-	186,93
Impostos	147 408,93	160 352,73
Outras perdas	37 596,28	2 631,54
	<u>196 800,21</u>	<u>176 281,20</u>
	<u>48 713,09</u>	<u>103 267,91</u>



22. Custos com o pessoal e volume de emprego

Os custos com o pessoal apresentam a seguinte composição:

	(em euros)	
	2015	2014
Salários e vencimentos		
Orgãos de direcção e fiscalização		
Conselho de Administração	126 263,92	77 762,37
Conselho Fiscal	20 058,94	21 622,09
Assembleia Geral	1 315,00	1 535,40
Empregados	864 004,86	982 366,51
	<u>1 011 642,72</u>	<u>1 083 286,37</u>
Encargos sociais obrigatórios	<u>238 205,29</u>	<u>254 991,88</u>
	238 205,29	254 991,88
Outros custos com o pessoal	47 408,42	46 637,44
	<u>1 297 256,43</u>	<u>1 384 915,69</u>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais, bem como compromissos assumidos por sua conta a título de qualquer garantia.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o quadro de administradores/colaboradores da Sociedade tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Administradores Executivos	2	1
Técnicos	17	19
Administrativos	5	5
	<u>24</u>	<u>25</u>



Para os efeitos do Aviso nº 10/2011, de 29 de dezembro, do Banco de Portugal, divulgam-se as remunerações dos colaboradores identificados no nº 2 do seu art.º 1º:

(em euros)

	Áreas de Actividade			Global
	Administrativa e Financeira	Gestão de Produtos Financeiros	Gestão Linhas de Crédito	
Nº de Colaboradores	1	3	1	5
Remuneração anual fixa (1)	93 739	146 493	53 859	294 092

(1) - Remuneração efetivamente auferida,

Os colaboradores beneficiam de seguro de saúde e acidentes pessoais em condições idênticas aos demais trabalhadores da Sociedade

Para os mesmos efeitos se declara ser o Conselho de Administração o órgão competente para a avaliação do desempenho de todos os colaboradores da Sociedade.

23. Gastos gerais administrativos

(em euros)

	2015	2014
Água, energia e combustíveis	30 001,52	28 616,68
Material de consumo corrente	19 698,14	19 627,31
Outros fornecimentos de terceiros	14 229,85	15 726,00
Rendas e alugueres	46 852,62	49 280,96
Comunicações	30 049,62	36 564,47
Deslocações, estadas e representação	22 829,12	47 270,50
Publicidade e edição de publicações	18 329,81	17 391,26
Conservação e reparação	43 080,43	38 184,01
Formação	41 339,23	27 537,19
Seguros	6 998,97	8 321,50
Outros serviços de terceiros	5 767,71	6 382,34
Serviços especializados		
Avenças e honorários	269 297,05	178 105,71
Informática	25 389,32	19 176,05
Trabalhos especializados	34 643,76	35 315,91
Outros serviços especializados	187 216,48	336 952,87
	<u>795 723,63</u>	<u>864 452,76</u>



23.1 Honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins incluídos na rubrica de Gastos Gerais Administrativos

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que assume o cargo de Presidente do Conselho Fiscal auferir as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e em consonância com a política de remunerações definida pela Comissão de Vencimentos, sujeitas às disposições sobre reduções remuneratórias aplicáveis à Sociedade, num total anual de 14.137,50 euros.

24. Gestão de Riscos

A Sociedade desenvolve a sua atividade vocacionada para a gestão de ativos, nomeadamente, de fundos de investimento específicos, instrumentos de política pública, que visam a criação de mecanismos facilitadores do acesso a condições de financiamento mais adequadas por parte das PME, nomeadamente aquelas que se encontram envolvidas na prossecução de estratégias de crescimento sustentado, com enfoque nas iniciativas de carácter inovador e de internacionalização.

Neste contexto e ponderando a estrutura organizativa existente e a solidez da estrutura financeira, entende-se não se justificar a criação de uma função de gestão de riscos independente, encontrando-se a Sociedade dispensada da existência da mesma, dado que o seu número de colaboradores é inferior a 30 e os seus proveitos operacionais não atingem os 20 milhões de euros.

O sistema de gestão de riscos assenta na análise das principais atividades/processos potencialmente sujeitos a riscos materiais, segmentando-se entre:

- Aspectos gerais da Sociedade;
- Aspectos relacionadas com os fundos geridos.

Para cada um dos processos/atividades, são identificados os processos e respetivos controlos, que visam mitigar um risco específico ou um conjunto de riscos. Esta análise de processos e controlos é avaliada e revista anualmente, assegurando-se assim o acompanhamento da adequação e eficácia do sistema de gestão de riscos, bem como a adequação e eficácia das medidas tomadas pelas respetivas áreas funcionais para corrigir eventuais deficiências. As conclusões são apresentadas ao Conselho de Administração da Sociedade, não tendo sido detetadas insuficiências relevantes em matéria de gestão de risco.

Risco de Crédito

A Sociedade incorre em risco de crédito pelas exposições ativas registadas em Balanço, nomeadamente no que respeita a aplicações em instituições de crédito e posições na carteira de investimento, que inclui apenas uma participação inferior a 5% no capital de uma sociedade. Assim, as políticas de gestão de riscos incidem fundamentalmente na análise e definição dos limites de exposição por entidade e prazo, considerando o grau de qualidade de crédito atribuído às instituições. Centrando a sua atividade na gestão de ativos, nomeadamente fundos de investimento públicos, a carteira de investimentos financeiros assume um carácter residual na estrutura dos seus ativos. Neste contexto, genericamente os procedimentos instituídos resumem-se da seguinte forma:



Aplicações em Instituições de Crédito (IC)

O Conselho de Administração define e revê periodicamente os limites de exposição por entidade e prazo, tendo em consideração uma análise prévia do grau de qualidade de crédito atribuído às instituições, mediante proposta da Direção Administrativa e Controlo (DAC).

A contratação de aplicações financeira é precedida de consulta ao mercado realizada pela referida Direção, com observância dos princípios definidos na política aprovada, sendo a mesma sujeita a aprovação por parte de um elemento do Conselho de Administração.

Numa base mensal, é efetuado reporte ao órgão de administração sobre o nível de exposição de cada Instituição de Crédito e respetivas condições de contratação.

Carteira de investimentos

A carteira de investimentos concentra-se numa participação de carácter institucional, correspondente a uma participação no capital da Portugal Capital Ventures – SCR, S.A. inferior a 5%..

Neste contexto, os principais procedimentos instituídos respeitam fundamentalmente à monitorização e controlo da participação detida, funções que são asseguradas pela Direção de Produtos Financeiros (DPF) e tendem a revestir um carácter anual, na fase de aprovação de contas e em simultâneo com o processo de avaliação da carteira, isto sem prejuízo de a Sociedade assumir uma maior intervenção sempre que tal seja considerado necessário.

A informação é reportada, numa base sistemática, ao Conselho de Administração e quaisquer eventuais medidas a adotar são aprovadas por este órgão.

Risco de Compliance

A Função de *Compliance* assegura as atribuições que lhe estão cometidas de uma forma contínua, o que passa pela constante monitorização e acompanhamento técnico-jurídico das diversas áreas funcionais da PME Investimentos de forma a garantir, a todo o momento, sem prejuízo de outras formas de divulgação, o total conhecimento e cumprimento do normativo vigente por parte de todos os colaboradores da Sociedade.

Neste âmbito todas as opiniões técnicas (jurídicas e de *compliance*) emitidas pelo responsável da Função de *Compliance* são examinadas com especial diligência por parte do Conselho de Administração da PME Investimentos, que decide da sua sujeição, ou não, a validação externa.

Por outro lado, todos os documentos relativos ao relacionamento da Sociedade com terceiros e/ou entidades com poderes jurisdicionais, de tutela ou de supervisão, que possam determinar qualquer forma de responsabilidade por incumprimento do normativo vigente, são previamente submetidos à apreciação do responsável da Função de *Compliance*.

Adicionalmente, a Função de *Compliance* assegura um procedimento de diagnóstico e levantamento de eventuais deficiências tendo por objetivo identificar e avaliar os riscos de incumprimento de obrigações previstas no normativo vigente associados ao desenvolvimento da atividade da Sociedade, por forma a assessorar a promoção e implementação de normas e procedimentos internos adequados ao controlo de risco de *Compliance*.

De igual modo, e porque o exercício de funções de *Compliance* depende, em todo o caso, (i) de informação regular e periódica, de cada área funcional, sobre a respetiva área de atuação; e



(ii) de apreciação circunstanciada dos respetivos *modus operandi*, procedimentos internos e externos, presentes ou futuros, a Função de *Compliance* solicita a cada um dos responsáveis por uma área funcional a emissão de relatórios mensais de *Compliance*, por escrito e dirigidos ao responsável da Função de *Compliance*, nos termos dos quais se reportem quaisquer situações de risco operacional ou desconformidade detetada com o normativo vigente, tendo por objeto e referência a atuação do respetivo departamento.

Risco Operacional

Dado o acréscimo da atividade de gestão de fundos públicos bem como a dimensão/estrutura organizativa da Sociedade, considera-se que a Sociedade está exposta a risco operacional.

Tendo em consideração a dimensão e natureza da atividade da Sociedade, não se encontra implementado um efetivo sistema de gestão de risco operacional. Neste contexto é de salientar o elevado envolvimento do Conselho de Administração na gestão corrente da Sociedade em conexão direta com os responsáveis das áreas funcionais, fator considerado determinante na gestão do risco operacional. De salientar ainda o facto de se privilegiar a circulação de informação escrita e uma adequada segregação de funções, permitindo que a generalidade das operações de carácter administrativo seja devidamente conferida, minimizando assim o risco de ocorrência de qualquer falha que não possa ser atempadamente detetada e retificada.

Risco de sistemas de informação

Os sistemas informáticos disponíveis na PME Investimentos têm vindo a ser adequados à dimensão e natureza da atividade, acompanhando a sua evolução e requisitos.

São efetuadas cópias de segurança diárias para disco e posteriormente uma cópia quinzenal para tape do conjunto de dados considerados relevantes para manutenção de longo prazo. Mensalmente é verificada aleatoriamente uma cópia de segurança garantindo a qualidade dos dados presentes em cópia de segurança. Complementarmente é utilizada a tecnologia *Shadow Copy* para garantir um nível adicional de segurança contra perda de ficheiros

Encontra-se instalado um sistema de *firewall* com análise de dados e verificação de regras para controlo do fluxo de dados de e para a Internet e um sistema de segregação de ligações Wi-Fi para suporte de convidados na rede (serviço de acesso à Internet). É utilizado o protocolo HTTPS (vertente encriptação) para os serviços acedidos pelos colaboradores a partir do exterior.

Adicionalmente existem mecanismos de controlo de riscos e segurança específicos para a Aplicação PME Investe, sobre a qual assentam processos operacionais fundamentais na gestão do negócio da Sociedade.

A gestão e manutenção do sistema informático são asseguradas por empresa especializada em regime de *outsourcing*, sendo efetuado um acompanhamento por parte da Direção Administrativa e Controlo.

Risco de Reputação

Dada a natureza da atividade desenvolvida, nomeadamente dinamização e promoção do financiamento às PME, atualmente por via da gestão de fundos públicos, o risco de reputação advém essencialmente de uma eventual perceção negativa da gestão efetuada pela Sociedade, por



parte dos principais *stakeholders* (PME, sociedades de capital de risco, instituições financeiras, entidades públicas financiadoras, público em geral), que poderá ser impactada por falhas no processo de gestão de fundos e respetivos controlos instituídos.

Os principais processos associados à gestão dos fundos públicos e respetivos mecanismos de monitorização e acompanhamento são os descritos no Anexo ao relatório de controlo interno de 30 de junho de 2014. Conforme explicitado no referido Anexo, existem fundos em que o estabelecimento dos programas de incentivo, definição dos protocolos com as entidades financiadoras, análise/seleção das Sociedades de Capital de Risco elegíveis para obtenção de benefício são da responsabilidade de entidades públicas, funcionando a PME Investimentos como um mero veículo de operacionalização da distribuição das verbas. Existem outros fundos, em que a Sociedade toma parte na definição dos programas, estando os procedimentos instituídos devidamente descritos no Anexo referido acima.

Restantes riscos

Para os restantes riscos dispostos no artigo 11º do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, foi efetuada uma avaliação no âmbito do Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), tendo-se concluído que estes são imateriais, tendo em consideração as especificidades e características da Sociedade.

Dado que a Sociedade não se dedica à realização de operações de crédito, não há necessidade de estabelecimento de normas e procedimentos específicos de controlo de risco na concessão de crédito.

Atendendo à natureza da atividade desenvolvida e dado que a sua estrutura de financiamento é baseada quase que exclusivamente em capitais próprios, a Sociedade não incorre em riscos de liquidez que justifiquem a implementação de normas e procedimentos específicos nesta área.

Dado que em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não detém carteira de negociação, o risco de mercado foi considerado não aplicável.

Também a análise dos riscos de liquidação de operações cambiais não é aplicável à Sociedade, na medida em que os investimentos realizados se limitam a empresas sediadas em Portugal, não havendo, portanto, aplicações, nem origens de fundos, denominadas noutra moeda que não o euro.

De igual forma, a Sociedade não incorre em risco de taxa de juro, dado que nos seus ativos e passivos financeiros não são praticadas condições de remuneração a taxa fixa.

25. Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o detalhe constante do quadro seguinte:



(em euros)

	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3 250,00	3 250,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	219 580,38	219 580,38
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 298 321,10	-	2 298 321,10
Aplicações em instituições de crédito	-	39 818 484,07	39 818 484,07
Crédito a clientes	-	2 497 071,56	2 497 071,56
Outros activos financeiros	-	31 370,41	31 370,41
	<u>2 298 321,10</u>	<u>42 569 756,42</u>	<u>44 868 077,52</u>

Em 31 de dezembro de 2015 os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor apresentavam o seguinte detalhe:

(em euros)

	Custo aquisição / Valor nominal	Valias	Justo valor
Ativo			
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 298 321,10	-	2 298 321,10
	<u>2 298 321,10</u>	<u>-</u>	<u>2 298 321,10</u>

26. Saldos e transações com entidades relacionadas

Entidades relacionadas	Sede	% de Participação
Entidades que direta ou indiretamente controlam a Sociedade		
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP	Porto	74,1%
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	Lisboa	15,0%
Empresas controladas por entidades que controlam a Sociedade		
Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Porto	4,6%
Fundos Geridos pela Sociedade		
Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI	Porto	-
FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação	Porto	-
Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas	Porto	-

Os saldos, transações e compromissos com entidades relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

(em euros)

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 298 321,10	2 298 321,10
Crédito a clientes	2 517 932,78	2 607 711,72



	(em euros)	
	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões	9 847 727,63	10 071 740,77
Custos com o pessoal	1 000,00	1 836,00
Dividendos distribuídos	2 721 528,13	-
Compra e venda de participações de capital	-	2 298 321,10

27. Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilados por linhas de negócio e por mercados geográficos

A Sociedade dedica-se exclusivamente à atividade de gestão de ativos no mercado nacional.

28. Eventos após a data de balanço

Nos termos e para os efeitos previstos na NCRF 24, o Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2016.

Não são do conhecimento da Administração da Sociedade quaisquer eventos subsequentes à data de relato das demonstrações financeiras que afetem ou condicionem de alguma forma a posição económica e financeira da Sociedade tal como se encontra expressa nas presentes demonstrações financeiras.

29. Outras informações

Em 31 de dezembro de 2015 não existiam dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

A PME Investimentos desenvolve a atividade de administração de Fundos. Desde 26 de junho de 2003, a PME Investimentos assegura a gestão do Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME - IAPMEI. O valor deste fundo, a 31 de dezembro de 2014, era de 11.405.193,11 euros.

Em 26 de agosto de 2008, a PME Investimentos assumiu funções de entidade gestora do FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, constituído através do Decreto-Lei nº 175/2008, que, à data de 31 de dezembro de 2014, tinha um valor de 560.969.753,29 euros.

Em de maio de 2009, a PME Investimentos assumiu funções de entidade gestora do Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (FACCE), constituído através do Decreto-Lei nº 105/2009, que, à data de 31 de dezembro de 2014, tinha um valor de 37.781.977,90 euros.

A referência ao valor dos Fundos reportado a 31 de dezembro de 2014 decorre do facto de os prazos de encerramento de contas dos mesmos não permitirem a disponibilização de informação mais atualizada à data da elaboração destas notas.



A Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de dezembro, cria a Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas, com o desígnio de promover uma maior capitalização das empresas portuguesas, mediante reforço dos capitais próprios e da consequente redução do seu nível de endividamento, competindo-lhe desenhar novos instrumentos de apoio à capitalização de empresas, bem como propor as alterações ou ajustamentos aos instrumentos de capitalização em vigor, com base na avaliação da sua eficácia e eficiência.

Com este enquadramento e também por via do lançamento de novos instrumentos de engenharia financeira dirigidos a empresas, ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio, a Sociedade aguarda orientações estratégicas e definição de objetivos de gestão, nomeadamente, relacionados com o papel que poderá vir a desempenhar no âmbito da gestão e operacionalização dos produtos que serão disponibilizados às empresas.

Neste contexto, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base a continuidade das operações.



Anexo

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Não existe qualquer participação no Capital Social por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2015 a relação dos acionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

- | | |
|--|-------|
| • IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP | 74,1% |
| • Direção-Geral do Tesouro e Finanças | 15,0% |

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração da PME Investimento – Sociedade de Investimento S.A. (PME), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

1. RELATÓRIO

No desempenho das nossas funções, de acordo com o disposto nos artigos 420.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e a respetiva documentação relativa ao ano de 2015 e procedemos às inspeções físicas necessárias de bens e valores patrimoniais, vigiámos pela observância da lei e do contrato da sociedade e tomámos conhecimento dos atos da Administração. Analisámos, também, o relatório de Gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data, preparadas pelas normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal, compreendendo estas o balanço, as demonstrações de resultados por naturezas, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações dos capitais próprios e o anexo.

Analisámos, quando necessário, a correspondência com o Banco de Portugal (entidade reguladora).

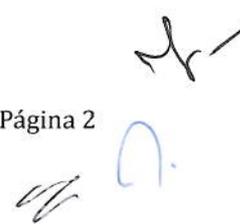
O Conselho Fiscal contou com a colaboração do membro Revisor Oficial de Contas nas verificações efetuadas. Teve-se ainda em consideração o trabalho efetuado pelo auditor externo (BDO), mantendo o Revisor Oficial de Contas contacto com o auditor externo no acompanhamento dos trabalhos.

Salientamos que no decorrer dos nossos trabalhos, foram prestados todos os esclarecimentos solicitados quer pela Administração quer pelos serviços e funcionários da PME, os quais agradecemos, em especial à Direção Financeira.

O relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente a atividade da PME durante o exercício de 2015 que decorre essencialmente das funções de gestão de fundos, destacando-se o FINOVA que registou, como habitualmente, bastante atividade. Considerando a tendência dos anos anteriores, a PME Investimentos manteve um elevado nível de atividade interna, sendo de realçar a designação de novos membros para o Conselho de Administração da Sociedade, em julho de 2015, tendo o Conselho ficado recomposto com o número mínimo de membros executivos, algo que já não acontecia desde 2013.

Apreciámos o relatório de auditoria elaborado pelo auditor externo que apresenta uma ênfase, que deriva da constituição da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2013, de 19 de novembro a qual, entre outros aspetos, pressupõe a integração progressiva de entidades financeiras existentes na esfera do Estado com funções de gestão de instrumentos financeiros de apoio às empresas, nas quais se enquadra a PME Investimentos. Denotamos ainda que, como divulgado na Nota 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras, "a Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de dezembro, cria a Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas, com o desígnio de promover uma maior capitalização das empresas portuguesas, mediante reforço dos capitais próprios e da conseqüente redução do seu nível de endividamento, competindo-lhe desenhar novos instrumentos de apoio à capitalização de empresas, bem como propor as alterações ou ajustamentos aos instrumentos de capitalização em vigor, com base na avaliação da sua eficácia e eficiência. Com este enquadramento e também por via do lançamento de novos instrumentos de engenharia financeira dirigidos a empresas, ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio, a PME Investimentos aguarda orientações estratégicas e definição de objetivos de gestão, nomeadamente, relacionados com o papel que poderá vir a desempenhar no âmbito da gestão e operacionalização dos produtos que serão disponibilizados às empresas".

A Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra o Conselho Fiscal retrata da mesma forma a situação mencionada no relatório de auditoria da BDO. Desta forma a Certificação Legal das Contas foi devidamente apreciada pelos restantes membros dando-se aqui como integralmente reproduzida.



2. ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

O Relatório e Contas inclui o Relatório do Governo Societário, cuja estrutura obedece às disposições aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado. Nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (o Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro) verificámos o cumprimento da apresentação do relatório de boas práticas do governo societário.

Verificámos o cumprimento pela PME das reduções remuneratórias, conforme orientações relativas às remunerações vigentes em 2015, bem como a não atribuição de prémios de gestão. É ainda de realçar que no ano de 2015 os estatutos da Sociedade foram objeto de uma alteração, passando a remuneração dos órgãos sociais a ser fixada pelos Acionistas da Sociedade, onde se encontra a Direção Geral do Tesouro e Finanças, em detrimento do modelo anterior em que as remunerações eram fixadas por uma comissão de remunerações.

Como referido no relatório de gestão, a PME está abrangida pelo código dos contratos públicos e não aderiu em 2015 ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

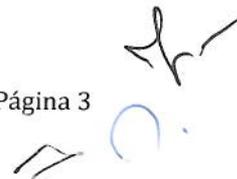
Quanto à situação económica e financeira, a sociedade apresenta-se com bastante solidez financeira, tendo cumprido com todas as reduções de custos impostas por lei.

Conforme referido no relatório de gestão, a sociedade não regista atrasos no pagamento de bens e serviços, cumprindo os prazos estipulados pelos seus fornecedores.

3. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efetuadas, somos de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e o anexo respeitantes ao exercício de 2015;
- b) A proposta da aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

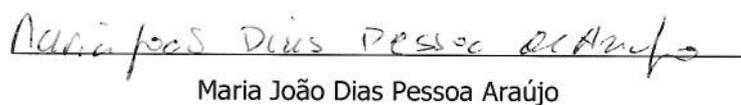


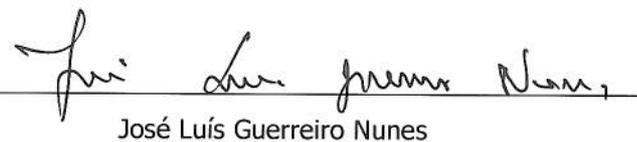
Finalmente, o Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços, em especial o Departamento Financeiro, aos quais desejamos expressar os nossos agradecimentos.

Lisboa, 8 de junho de 2016

O Conselho Fiscal da PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.,


Diogo José Paredes Leite de Campos


Maria João Dias Pessoa Araújo


José Luís Guerreiro Nunes

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, SA**, (adiante também designada por PME Investimentos ou Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 47 680 980 euros e um total de Capital próprio de 47 225 073 euros, incluindo um Resultado líquido de 5 897 140 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e o correspondente Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da PME Investimentos, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, SA**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção que, a Resolução do Conselho de Ministros nº 73/2013, de 19 de Novembro, determinou a constituição da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) pressupondo a integração progressiva de entidades financeiras existentes na esfera do Estado com funções de gestão de instrumentos financeiros de apoio às empresas, nas quais se enquadra a PME Investimentos, sendo que o Decreto-Lei nº 155/2014, de 21 de outubro, cria e aprova os estatutos da IFD. Por outro lado, conforme divulgado na Nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras, *“a Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de dezembro, cria a Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas, com o desígnio de promover uma maior capitalização das empresas portuguesas, mediante reforço dos capitais próprios e da consequente redução do seu nível de endividamento, competindo-lhe desenhar novos instrumentos de apoio à capitalização de empresas, bem como propor as alterações ou ajustamentos aos instrumentos de capitalização em vigor, com base na avaliação da sua eficácia e eficiência. Com este enquadramento e também por via do lançamento de novos instrumentos de engenharia financeira dirigidos a empresas, ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio, a PME Investimentos aguarda orientações estratégicas e definição de objetivos de gestão, nomeadamente, relacionados com o papel que poderá vir a desempenhar no âmbito da gestão e operacionalização dos produtos que serão disponibilizados às empresas”*. Neste contexto, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base a continuidade das operações.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



Luís Alexandre
BDO & Associação. SA

Lisboa, 31 de maio de 2016



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 47.680.979,99 euros e um total de capital próprio de 47.225.073,00 euros, incluindo um resultado líquido de 5.897.139,68 euros), a demonstração dos resultados, as demonstrações do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, as alterações registadas nos seus capitais próprios, o resultado e o rendimento integral das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2013, de 19 de Novembro, determinou a constituição da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) pressupondo a integração progressiva de entidades financeiras existentes na esfera do Estado com funções de gestão de instrumentos financeiros de apoio às empresas, nas quais se enquadra a PME Investimentos, sendo que o Decreto-Lei n.º 155/2014, de 21 de outubro, cria e aprova os estatutos da IFD. Por outro lado, conforme divulgado na Nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras, "a Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de dezembro, cria a Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas, com o desígnio de promover uma maior capitalização das empresas portuguesas, mediante reforço dos capitais próprios e da consequente redução do seu nível de endividamento, competindo-lhe desenhar novos instrumentos de apoio à capitalização de empresas, bem como propor as alterações ou ajustamentos aos instrumentos de capitalização em vigor, com base na avaliação da sua eficácia e eficiência. Com este enquadramento e também por via do lançamento de novos instrumentos de engenharia financeira dirigidos a empresas, ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio, a PME Investimentos aguarda orientações estratégicas e definição de objetivos de gestão, nomeadamente, relacionados com o papel que poderá vir a desempenhar no âmbito da gestão e operacionalização dos produtos que serão disponibilizados às empresas". Neste contexto, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base a continuidade das operações.



Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de Maio de 2016

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Representada por:
José Luís Guerreiro Nunes, ROC n.º 1098